



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**

**Instituto de Ciência Política**

**Curso de Graduação em Ciência Política**

# **Elementos do Desenvolvimento do Nacionalismo Brasileiro no Império**

**Pedro Augusto Oliveira de Paula**

**Orientador: Paulo César Nascimento**

**Brasília**

**2016**

**PEDRO AUGUSTO OLIVEIRA DE PAULA**

**Elementos do Desenvolvimento do Nacionalismo Brasileiro  
no Império**

Monografia apresenta ao Instituto de Ciência  
Política como exigência do curso de Graduação  
em Ciência Política da Universidade de Brasília

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar  
Nascimento**

Brasília

2016

**PEDRO AUGUSTO OLIVEIRA DE PAULA**

**Elementos do Desenvolvimento do Nacionalismo Brasileiro no  
Império**

Monografia apresenta ao Instituto de Ciência  
Política como exigência do curso de Graduação  
em Ciência Política da Universidade de Brasília

**Orientador: Prof. Dr. Paulo Cesar  
Nascimento**

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Paulo Cesar Nascimento

Orientador

---

Professor Leandro Rodrigues do Nascimento

Parecerista

## RESUMO

O presente trabalho procura explicitar as características específicas do processo de formação do nacionalismo brasileiro durante o período do império, principalmente durante o reinado de Dom Pedro II (1841-1889). Para isso, o trabalho foi dividido em quatro capítulos no intuito de destacar os principais aspectos daquela sociedade e a contribuição que eles tiveram no surgimento do Nacionalismo Brasileiro. O primeiro capítulo trata do processo político brasileiro, a partir da regência passando pela centralização, até o ocaso do império com o surgimento da república. O segundo capítulo discorre sobre os aspectos econômicos da sociedade brasileira e o papel do Estado na economia do império. No terceiro capítulo o objeto é o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, com o seu monopólio sobre a elite brasileira e suas ideias, e o seu papel para a construção do nacionalismo. O quarto, último capítulo, traz os modelos desenvolvidos por Ernest Gellner de sociedades e uma análise de como se desenvolveu o nacionalismo brasileiro em uma sociedade do tipo agro-letrada.

**Palavras-chave:** Nacionalismo; Sociedade Imperial; Sociedade agro-letrada; Sociedade industrial avançada; Identidade nacional.

## **ABSTRACT**

The present work intends to explain the specific characteristics of the formation process of the Brazilian nationalism during the imperial period, especially during the kingship of Dom Pedro II (1841-1889). To do that, the work was divided in four chapters in order to stress the main aspects of that society and how they contributed to the birth of Brazilian nationalism. The first Chapter concerns the Brazilian political process, starting with the regency and passing through the centralization, until the end of the empire with the emergence of the republic. The second Chapter deals with the economic aspects of the Brazilian society and the role of the State in the imperial economy. In the third Chapter, the subject is the Brazilian Historic and Geographic Institute, with the monopoly on the Brazilian elite and its ideas, and its role in the construction of the nationalism. The fourth Chapter and the last one, brings Ernest Gellner's developed society models and an analysis about how the Brazilian nationalism has been built in an agro-literate society.

**Keywords:** Nationalism; Imperial Society; agro-literate society; Industrial Society; National Identity.

## RÉSUMÉ

A travers le présent document il est recherché d'expliquer les caractéristiques spécifiques du processus de la formation du nationalisme brésilien durant l'Empire et principalement au temps du règne de Dom Pedro II (1841-1889). Pour ce faire, le travail a été divisé en quatre chapitres dans l'objectif de mettre en avant les principaux aspects sociétaux de l'époque et la contribution de ces derniers dans la naissance du Nationalisme Brésilien. Le premier chapitre traite du processus politique brésilien, de la régence en passant par la centralisation et jusqu'au déclin de l'Empire avec la naissance de la République. Le second présente les aspects économiques de la société brésilienne et le rôle de l'Etat dans l'économie de l'Empire. Par la suite, le sujet est l'Institut Historique et Géographique Brésilien avec son monopole sur l'élite brésilienne et ses idées et le rôle dans la construction du nationalisme. Enfin, le dernier chapitre apporte les modèles développés par Ernest Gellner sur les sociétés et une analyse de l'évolution du nationalisme brésilien en une société de type agro-lettré.

Mots-clés : Nationalisme; Société Impériale; Société agro-lettré; Société industrielle avancée; Identité nationale

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
CAPÍTULO 1 – O PROCESSO POLÍTICO NO IMPÉRIO.....	12
1.1. A Centralização.....	12
1.2. O Sistema Político.....	17
1.3. A dissolução.....	23
CAPÍTULO 2 – O PROCESSO ECÔNOMICO NO IMPÉRIO.....	27
2.1. A mão de obra.....	27
2.2 O sistema econômico.....	36
CAPÍTULO 3 – O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO .....	44
3.1. Historia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. ....	44
3.2. A historiografia no IHGB.....	51
3.3. A concepção do povo brasileiro.....	58
CAPÍTULO 4 – UMA TEORIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO NACIONALISMO NO IMPÉRIO .....	66
4.1. A sociedade agro-letrada.....	66
4.2. A sociedade Industrial Avançada.....	70
4.3. Elementos do desenvolvimento do Nacionalismo no Império.....	73
CONCLUSÃO .....	81
REFÊRENCIAS .....	84
FONTES.....	85

## INTRODUÇÃO

O objetivo desse trabalho é esclarecer a formação do nacionalismo brasileiro. O século XIX foi a época do desenvolvimento das nações e do nacionalismo por todo o continente europeu. Na Europa a sociedade passava por profundas transformações que modificariam todo o sistema de valores e a própria organização daquelas sociedades. As revoluções industriais varriam o continente, e toda a distribuição do poder, propriedade e terra na sociedade era contestada e teorias baseavam correntes que procuravam minar toda a legitimidade da estrutura social herdada. Uma delas, que procurava redefinir as bases da soberania, era o nacionalismo.

No Brasil o surgimento do nacionalismo foi um processo complexo, pois ao contrário do que ocorreu na Europa, o modelo inspirador do processo brasileiro, o nacionalismo brasileiro não se desenvolveu propriamente no período de transição de uma sociedade agrária para uma sociedade industrial. A sociedade brasileira não passava como a europeia de um sistema majoritariamente agrário para um industrial. De fato, o Brasil durante o século XIX passa por uma transformação que traria grandes consequências para a estruturação da sociedade imperial. Contudo, ao invés de passar pela industrialização correspondente ao que ocorria nos países europeus e nos Estados Unidos da América, o Brasil deixava de ser um país de economia predominantemente de subsistência, cuja baixa circulação monetária estabelece as bases de um sistema rústico de vida, em um país oficialmente agropecuário. Durante o período imperial, o Brasil também conseguirá se livrar de vez o seu passivo colonial. O fim dos tratados de 1827, em 1842, estabeleceu o fim do passivo político herdado da metrópole e a consagração do poder central. Mas o passivo colonial por inteiro só findará quando do colapso do sistema escravocrata oriundo das tensões que a dinâmica da economia cafeeira trará para o sistema brasileiro.

Assim, o século XIX no Brasil também foi um século de agitações e de profundas modificações. Contudo, os passos que levariam um determinado Estado ser a legitimação da soberania por uma cultura específica não foi dado no Brasil. Ao contrário, o nacionalismo brasileiro nasce como corrupção, xenofobia, e se desenvolve com seus sinais trocados, pois a soberania já estava dada, pelas armas, ou pela figura do



rei, mas necessitava ser preenchida, por isso, a invenção do brasileiro foi um instrumento essencial no processo de construção dessa sociedade. Contudo, o “brasileiro” não está relacionado com um sentimento, mas com a necessidade da sociedade hierárquico-coercitiva de legitimar-se. Assim, a narrativa padrão de desenvolvimento do nacionalismo não se encaixa no modelo brasileiro. Torna-se necessário uma reinterpretação do nacionalismo brasileiro baseado nas particularidades da sociedade na qual ele se desenvolveu.

Papel fundamental na construção do nacionalismo teve o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro - IHGB. Procurando simular o método científico desenvolvido na Europa, esse instituto buscava desenvolver uma ciência que permitisse investigar o processo de formação histórica e geográfica da sociedade brasileira. Guiado pelo Imperador o IHGB possuía o monopólio do discurso sobre as coisas brasileiras, pelo menos até 1870. Apesar de se dedicar sinceramente ao desenvolvimento de uma ciência histórica no Brasil, caberia a ele o papel de servir de instrumento de legitimação da soberania criada pela vontade de uma pessoa. Por isso, nas páginas da revista do instituto serão criados os elementos que formaram o nacionalismo brasileiro, refletindo diretamente sua função política e a sociedade que procurava legitimar.

Assim, esse trabalho procura esclarecer os elementos do desenvolvimento do nacionalismo brasileiro. Para isso, foi feita uma leitura cuidadosa de todos os volumes da revista do IHGB publicados durante o período imperial. O intuito desse trabalho demorado e penoso foi captar as principais ideias desenvolvidas no âmbito do instituto e suas concepções da sociedade brasileira e do histórico de formação do Brasil. Estando todas publicadas em sua versão original e, por isso, escritas em um português arcaico, os títulos citados em todo o trabalho foram adaptados para a gramática atual, visando a facilidade na leitura.

Somado à leitura das edições da revista, buscaremos esclarecer o desenvolvimento do nacionalismo brasileiro tendo como suporte os modelos de Ernest Gellner desenvolvidos em seu texto *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*. Influenciado pela sociologia compreensiva de Max Weber, o autor desenvolverá dois tipos ideais de sociedade, o da sociedade agro-letrada e o da sociedade industrial avançada como elemento heurístico para a compreensão do processo de transição das sociedades no contexto europeu. Apesar de não se traduzir em

uma descrição exata, esses modelos nos permite explicar o surgimento e a consolidação do nacionalismo no decorrer do século XIX.

Baseado nos modelos desenvolvidos por Gellner, buscamos destacar o de sociedade agro-letrada, pois ao contrário do que o autor prediz, no Brasil a ideia de nação se desenvolve em uma sociedade desse tipo. A sociedade brasileira durante o império, principalmente no reinado de Dom Pedro II, foi caracterizada pela produção majoritariamente agrícola. Além disso, a formatação social do império em estamentos bem definidos, com seus dois pilares, coerção e hierarquia, faz com que o modelo de sociedade agro-letrada, apesar de não retratar perfeitamente a realidade, possua a capacidade heurística de esclarecer o desenvolvimento anômalo do nacionalismo em terras brasileiras. Para a compreensão da ideia do nacionalismo como um corpo estranho dentro da sociedade agro-letrada, será necessário também tratar do modelo de sociedade industrial avançada, porque a partir do contraste da maneira como o nacionalismo se desenvolveu na Europa, a grande inspiração do império brasileiro, será possível compreender como esse processo ocorreu no Brasil.

O primeiro capítulo do trabalho trás o processo político no império. A primeira parte trata do período regencial do qual surgirá o parlamentarismo brasileiro e introjetará na sociedade o medo da anarquia advinda da descentralização proposta nesse período. A segunda parte trata do desenvolvimento do processo político durante o segundo reinado: o processo de centralização, de consagração do poder moderador pela instituição do conselho de ministros, e da anarquia do processo eleitoral, congenitamente violento. Por fim, a terceira parte discorre sobre a dissolução do império e as forças protagonistas desse processo.

O segundo capítulo traz os aspectos econômicos. A primeira parte discorre sobre o problema de mão de obra herdado do período colonial. As buscas de solução desse problema que pressionava a economia brasileira em sua necessidade de crescimento, seja pela imposição posta pela economia cafeeira em seu desenvolvimento espetacular, seja pela necessidade de mão de obra numa área remota do Brasil: os seringais amazônicos. A segunda parte foca no sistema econômico do império: os problemas que o paradigma do padrão-ouro trazia para a economia e o papel do Estado como o agente mais dinâmico da economia.

O terceiro capítulo trata do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A primeira parte faz um breve histórico da formação do instituto brasileiro sob a proteção da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, e a influência de Dom Pedro II nos trabalhos do instituto. A segunda parte foca na historiografia do instituto. Em sua influência da historiografia europeia e na necessidade da construção de uma nacionalidade brasileira. A terceira parte busca resumir as ideias dos pensadores do instituto sobre as etnias brasileiras e o papel e influências dessas na construção da sociedade brasileira.

Por fim, o último capítulo do trabalho busca analisar propriamente a formação do nacionalismo brasileiro. Na primeira parte focamos em esclarecer o modelo desenvolvido por Ernest Gellner de sociedade agro-letrada e sua adaptabilidade à sociedade brasileira. Na segunda parte, sobre a configuração do modelo de sociedade industrial avançada e as possibilidades do desenvolvimento do nacionalismo nela. A última parte trata dos elementos do nacionalismo brasileiro e como esse se desenvolveu inocuamente, sem que com ele surgisse o sentimento de ser nacional.

## **CAPÍTULO 1 – O PROCESSO POLÍTICO NO IMPÉRIO**

### **1.1. A Centralização**

Para a compreensão do processo de centralização ocorrido nos anos 1840 e 1850 é necessário voltar-se para o período regencial e a aurora do parlamentarismo imperial. Após o período do absolutismo de Dom Pedro I, o espírito liberal vencera e com ele vinha um grande número de partidários que impunham sua agenda. O Ato adicional é uma das principais reformas lideradas pelo espírito da regência. Com apenas a câmara sendo ouvida, pois esse era o caminho constitucional, a lei foi aprovada, em 12 de Agosto de 1834.

O principal autor do Ato Adicional, Bernardo de Vasconcelos, já mostrava profundas preocupações com o caminho que seu projeto tomava, pois esse sendo elaborado na comissão especial devotada à matéria, já tinha sido alterado por inúmeras emendas individuais. Elas acabaram por confundir os papéis dos poderes federais e provinciais, logo com as duas instâncias legislando de forma desvairada, sobre temas correlatos.

Diogo Antônio Feijó, após período como Ministro da Justiça, chegou ao auge do poder em sua regência unitária de 1835 a 1837. Baseado mais em seu espírito de autoridade, o gabinete de Feijó governava uma sociedade inexistente, sem qualquer forma ou conteúdo social. Desprovido de grande erudição, porém fortemente ligado as suas próprias opiniões, tinha dificuldade em lidar com opiniões divergentes. Os movimentos provinciais eram identificados por ele como elementos anárquicos, fruto de baderneiros que estimulavam o movimento centrífugo da nação. Apesar de conceder com a descentralização, ele se recusava a reduzir a formatação política brasileira em um acordo de províncias autônomas com o poder federal reduzido.

Feijó, em sua ânsia de modernização, se distancia das elites econômicas e sociais. A riqueza comercial, aliada essencialmente aos restauradores, e os grandes proprietários eram hostis às suas políticas. Assim, ele buscava sua sustentação política nas camadas médias da sociedade – a pequena burguesia, funcionários públicos, a incipiente indústria nacional -, quadros que gozavam de baixa influência nas diretrizes políticas.

A fidalguia dos grandes proprietários buscava após o período absolutista, dominado pela figura centralizadora de Dom Pedro I, refletir sua dominação social no processo político. Refratário ao espírito rural dessas elites, Feijó procurava estimular o comércio, a indústria e a agricultura, liberando o trabalho de seu plebeísmo, inerente a organização rural brasileira, com as hinterlândias pecuárias gravitando em torno da grande propriedade.

A forma de governo autocrática de Feijó, sem conteúdo social relevante, incomodava a todos: aos exaltados, aos restauradores e aos próprios moderados. Com isso, as revoltas provinciais, que marcaram o período regencial, não se baseavam no separatismo, como a Confederação do Equador, em 1824, mas se reduzem a luta por maior participação no comando político, ou seja, na integração no processo político em busca do benefício da economia local.

As revoltas regenciais irrompem em regiões periféricas do Brasil, cuja integração com o eixo responsável pela independência – Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais – é apenas superficial. Elas não colocam em xeque a os fundamentos da centralização conquistada por séculos de unidade monárquica. O caos republicano da América espanhola, e seu modelo separatista e autônomo, governado pelo militarismo dos caudilhos locais, era o contraexemplo do governo imperial brasileiro. Assentado no imaginário das elites provinciais, a unidade nacional como o único caminho à prosperidade, ou seja, que o destino delas encontrava-se inerentemente conectado à coesão nacional, suas reivindicações eram maior participação no processo político, sendo as veleidades independentistas apenas expedientes. Contudo, o projeto de centralização foi fortemente apoiado pelo papel que as revoltas regenciais acabaram por ter no imaginário popular.

As revoltas dos “Cabanos”, no Grão-Pará, em 1835, dos “Balaios”, no Maranhão, em 1838, dos “Sabinos”, na Bahia, em 1837, e os “Farroupilhas”, no Rio Grande do Sul, em 1835 a 1845, foram lideradas por elementos que se sentiam alijados do poder central. A cabanagem apesar de desaguar em pura desordem, possuía reivindicações sociais em seu princípio. Acabou brutalmente reprimida pelo governo central. Os Sabinos reclamavam da excessiva centralização, e procuravam uma independência provisória.

No final, a revolta que representou real ameaça de fraturar o corpo da pátria foi a farroupilha. Compartilhando seus meios e modos de viver, pontos de vista e costumes com a República Oriental, a província do Rio Grande não acabava sua forma político-geográfica nas fronteiras legais do país. Com divergência quanto a política econômica do império, em procura do charque mais barato, substrato alimentício dos escravos, e em virtude de um fraco presidente provincial, o pusilânime Fernandes Braga, o chefe do partido liberal, Bento Gonçalves da Silva, procurava a autonomia liberal. No dia 21 de Setembro, o líder liberal entra em Porto Alegre, comandando a guarda nacional.

Coincidindo com o ápice da revolta no Grão-Pará, Feijó sentiu-se desnorteado com a pungência do movimento rio-grandense. A reforma produzida pelo ato adicional complicava a situação. O presidente José de Araújo Ribeiro, nomeado após a fuga de seu antecessor, tinha de ser empossado pela assembleia provincial, majoritariamente dominada pelos partidários de Bento Gonçalves, recém-eleita pelas regras do Ato. Vendo-se emboscado pelos deputados provinciais, Ribeiro se empossou, tendo como resposta a suspensão de suas funções pela Assembleia. Assim, a guerra de mais de 10 anos se iniciava.

Pela sua própria dubiedade Feijó caiu. Não contando com o apoio das elites parlamentares, principalmente na Câmara, onde Honório Hermeto e Bernardo de Vasconcelos exercitavam suas capacidades de tribuno em oposição ao governo, Feijó via todos seus pedidos de auxílio e meios para lidar com o movimento rio-grandense malograrem. Seu caráter áspero e intratável o impedia de chamar a escolha óbvia para liderar o gabinete – Bernardo de Vasconcelos – e a morte do publicista Evaristo da Veiga, o fez perder a capacidade de lidar com a belicosa opinião pública. Nesse cenário, Feijó renuncia.

O parlamentarismo brasileiro surge da derrocada da regência de Feijó. A Câmara será o cenário onde as partes litigantes desempenharão suas contendas. Controlada pela vitalidade do Senado e vigiada pela camada social dos aristocratas improvisados e da alta burocracia, os tribunos da câmara exercerão sua prerrogativas em questões de fato, não em questões de princípios. Presidido pelo habilidoso Marquês de Olinda, o parlamento terá caráter estamental, absorvendo as novas contribuições, antes as domando no intuito de integrá-las no projeto centralizador.

As características desse parlamentarismo é a ausência de povo, com apenas de 1% a 3% das pessoas que participam do processo eleitoral, para construir a dita vontade popular. As organizações partidárias se concentram nos instrumentos de aliciar, manipular e coagir o eleitorado e não de traduzir-lhes os interesses, os sentimentos e as inquietações. O caráter inerentemente oligárquico do parlamentarismo trazia consigo o a desconfiança do povo, identificando-o com a anarquia.

Com a ascensão de Pedro de Araujo Lima, o governo liberal moderado finda. Com a morte de Dom Pedro I, em 24 de Setembro de 1834, os restauradores, com suas reivindicações reacionárias, se uniram com os protagonistas do 7 de Abril, com destaque para Bernardo Vasconcellos, e os remanescentes da facção Andradina, e formaram o pilar do sistema parlamentar do governo imperial: o Partido Conservador. Sendo suas bases o poder do Norte, eles se apropriarão do governo, controlando a câmara, e inauguraram o sistema que perdurará por 50 anos.

Findo a regência Feijó, o sentimento geral das elites centrais era a necessidade da restauração de um governo forte. Em 1937 a lei de interpretação do Ato Adicional já vinha tomando forma, com o apoio de seu outrora arauto, Bernardo de Vasconcelos. Em paralelo, porém defendido pela facção oposta, com Aureliano Coutinho e a facção áulica, e os liberais próximos a Feijó, a antecipação da maioria do jovem imperador era aventada. Dois processos distintos, porém com o mesmo objetivo, a restauração de autoridade reconhecível.

Apesar da forma da centralização ter sido efetivada pelos liberais - a maioria de Dom Pedro II - a substância do processo de centralização do império terá seu principal pilar na reforma do Ato Adicional de 1834. Comandada por Joaquim José Rodriguez Torres (Visconde de Itaboraí), Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), Honório Hermeto Carneiro Leão (Marques do Paraná), Bernardo Pereira de Vasconcelos e Eusébio de Queiroz, o Partido conservador será a nau responsável pela centralização, que concentrará todo o processo político no governo Federal.

A Lei de Interpretação do Ato Adicional, de 12 de Maio de 1840, que pioneiramente tinha o objetivo de elucidar o Ato, provocou uma reviravolta na própria substância do instrumento legislativo. Com ela, as Assembleias Provinciais, que não tinham suas prerrogativas bem definidas, e por isso legislavam sobre uma ampla agenda, eram esvaziadas em benefício do legislativo federal. Além disso, os cargos da

polícia perdiam seu caráter eletivo e se submetiam a hierarquia, cujo topo era ocupado pelo Ministro da Justiça. Com estudo inicial feito pelo Visconde do Uruguai e pelos Marquês do Paraná e de Abrantes (Miguel Calmon du Pin e Almeida), a interpretação do Ato Adicional se constituirá na ação mais vigorosa do conservadorismo para delimitar o poder provincial e federal, com decidido favorecimento deste.

Ato central para a consumação da centralização, a lei de interpretação será sustentado por duas outras decisões que findaram a autonomia das províncias: O reconstituição do Conselho de Estado, em 23 de Novembro de 1841, e a reforma do Código do Processo Criminal de 1832, em 3 de Dezembro de 1841.

O conselho era um instrumento de amortecimento ao ímpeto arbitrário do Poder moderador, porém sem impedir completamente o poder absoluto. Servia como uma forma de controle pela aristocracia burocrática da aspereza do poder imperial. Contudo, o Conselho não servia a princípios democráticos. Sua supressão tinha servido para expor os ministros, e com eles o poder moderador, ao debate público e as pressões externas, pois eles teriam de se responsabilizar pelos seus atos. O conselho escondia o imperador e seu poder moderado atrás do estamento burocrático, composto pela aristocracia.

A reforma do código do processo criminal foi outro elemento sustentador do poder imperial. Em cada província fora criado um chefe da polícia encarregado da estrutural policial das províncias, comandando os delegados e subdelegados. Nomeado pelo presidente da província, que por sua vez era nomeado pelo imperador, sua autoridade assume contornos judiciários, findando com o majestoso juiz de paz. Os juízes municipais e os promotores perdem o vínculo com as câmaras. O inspetor de quartirão sede seu lugar ao agente da coroa. As autoridades locais não desaparecem, mas veem-se agora submetidas a uma estrutura vertical com seu centro propulsor no gabinete ministerial, mais regular que as mudanças de gabinete. Assim, os poderes privados, emergentes da fazenda, se dissolvem, com toda a influência local e autonomia submetida agora a hierarquia que tem em seu topo o governo central. As influências locais, vistas pelos conservadores como frutos de facções perniciosas estavam agora imobilizadas.



Por fim, a centralização conhece a sua forma mais completa com a subordinação da Guarda nacional ao ministério da Justiça, em 19 de Setembro de 1950, com o elemento militar alienado das províncias.

## **1.2. O Sistema Político**

Os partidos políticos no Brasil só surgem no período da regência, pois nos tempos de Dom Pedro I, ele era o baluarte do governo, com determinadas representações convergindo ou divergindo de sua figura pessoal, usando de suas convicções nesses movimentos. Pela sua própria formação, na tradição da casa de Bragança, Dom Pedro I era incapaz de se coadunar com o processo parlamentar, e os partidos se resumiam a facções.

Com a queda de Feijó, imposta pela figura enérgica de Bernardo de Vasconcelos, uma vez que aquele possuía veia autoritária e relutava em observar as maiorias parlamentares, chegou a vez dos partidos e seus próceres brilharem. Eles dominaram a história política de todo o período do segundo reinado. No período inicial, eles defenderam princípios divergentes, mas com o ministério de conciliação suas contendas se transformaram em inócua perfumaria.

Os republicanos, após o 7 de Abril, uniram-se aos avançados, tornando-se, mais tarde, os liberais. Já os constitucionalistas se fundiram com os moderados, que, após a morte de Dom Pedro I, contou com a participação dos reacionários, surgindo desta amálgama o Partido Conservador, a grande estrela do segundo reinado.

O partido Liberal, comprometido em seu nascedouro com a soberania popular, é submerso pela maré monárquica de 1840-60, até voltar, ardente e incendiário, para pregar reformas, sob a liderança de Zacarias de Gois, ímpeto provisoriamente apaziguado, porém não mais extinto com a destituição arbitrária daquele pelo imperador, em 1868. O partido se encontra mais próximo ao proprietário rural, pela sua defesa da monarquia federativa e legitimidade dos poderes locais. Ao mesmo tempo em que defende a soberania do povo com o senado eletivo, e pela emancipação dos municípios, promovendo os intendentos ao poder executivo nas comunas, e das províncias, com o bicameralismo nas assembleias provinciais.

No partido conservador os esforços eram para reorganizar a monarquia, sob a fórmula de que o rei reina, governa e administra, dentro do discreto comando de uma estrutura burocrática política, assentada no Senado vitalício e no Conselho de Estado. Ele está mais próximo do comércio e dos senhores credores, que dominavam economicamente o engenho e a grande lavoura.

Com a ascensão do partido conservador ao conselho de Estado, em 1848, os partidos deixaram de ser representativos de aspirações e ideais definidos, tornando-se clãs que aspiravam unicamente as benesses de estarem no poder. Esse instrumento, que era o poder para convergir os interesses das diversas cepas parlamentares, teve o seu auge no conhecido “gabinete de conciliação” liderado pelo notável marques de Paraná. Imbuído de um bom-senso e tato para lidar com os homens do meio político e econômico de forma notável, o gabinete de conciliação abrigou próceres do partido liberal, como Limpo de Abreu e Pedreira, sem falar em Paranhos, que se tornaria um notório conservador posteriormente, e tradicionais conservadores como Nabuco e Cotegipe.

A conciliação foi pautada no progresso econômico que o país vinha sofrendo nesse período. Abrindo mão dos ideais mais extremados, as preocupações utilitárias dominaram o sentimento da conciliação, e as aspirações positivas traduziram-se em investimento em estradas de ferro, estabelecimento de bancos emissores, fornecimento de serviços municipais, principalmente de urbanização, e empresas de colonização.

A estabilidade do comando dos partidos se irradiava de chefes vitalícios, encastelados no senado e no Conselho de Estado. O Poder, contudo, tinha uma estrutura independente do jogo cênico das trocas do conselho.

Os partidos seriam, em teoria, a opinião pública militante autenticamente colhida nas eleições, com o povo genuinamente representado. Contudo, a realidade era distinta. As eleições nada tinham a ver com a formação da vontade popular. Para muitos, ela era vista apenas como representação da opressão dos miseráveis do interior por autoridades, que levariam a câmara números e nomes. A realidade era que o organismo eleitoral era um jogo de cartas marcadas, decidido pelos líderes da pirâmide hierárquica, criada pelas reformas centralizadoras que garantiam a dependência das lideranças locais ao forte governo central. Diante das eleições inautênticas e dos partidos formados por grupos sem representações populares, reinava o poder moderador.

O governo parlamentarista brasileiro, no qual D. Pedro II estava preocupado em exercer suprema inspeção administrativa, guardar um círculo de ação própria e nomear e demitir ministros com excepcional cuidado, não se assemelha ao sistema inglês, filho da monarquia limitada, mas ao da *restauração francesa*, com os governos Bourbon e a monarquia de julho.

A tese de que “o rei reina, mas não governa” é o centro da discussão entre o modelo inglês e o francês, cujos moldes inspiravam diferentes estratos partidários. Os liberais queriam entregar ao executivo as atribuições postas na mão do imperador, uma vez morto o anteparo do conselho de estado, os ministros seriam responsabilizados pelos atos do governo na Câmara, garantindo o domínio nas mãos do legislativo e não do poder moderador.

O senado, órgão vitalício e na teoria apolítico, era dominado por políticos conservadores, e por ele juntamente com o Conselho de Ministros, o processo político era controlado, principalmente na outra casa legislativa.

O povo era dominado pelas classes dirigentes, e essas, por sua vez, eram tuteladas pelo imperador. E, assim, se dava o governo parlamentarista brasileiro. A opinião pública estava enjaulada, e as motivações partidárias formavam uma espécie de opinião nacional, com jornais muitas vezes escritos e pagos pelos próprios políticos.

Para os liberais, que após um primeiro período, acabaram virando monarquistas, a monarquia deveria ser conformada com um regime parlamentarismo no qual o rei não governa, ou seja, em que as funções do governo se concentram no processo deliberativo e permaneçam longe da ação. A irresponsabilidade do rei é inviolável, pois nada faria. O poder moderador findaria

Para os conservadores, o exercício do poder moderador era a chave para a manutenção da ordem. Ele equilibraria os demais poderes, evitando os perigos públicos e o terrível dilema da ditadura ou revolução. O imperador seria uma espécie de árbitro político imparcial, sobranceiro às divergências partidárias.

O presidente do conselho era encontrado pelo imperador entre inúmeras opções, uma vez que não havia líderes claros dentro dos partidos. Esse era a primeira distorção do sistema. Porém ainda simples. O eixo do parlamentarismo sai do centro quando o imperador despede o ministério, apoiado na maioria, por divergências com sua direção,

e chama outro partido ao governo. Diante da resistência da Câmara, esta é dissolvida, trazendo a nova eleição, sistematicamente, à maioria que o gabinete inspira. A repetição de tal prática em várias ocasiões acabaria por levar a derrocada do próprio sistema, pela criação de profundos ressentimentos nos dois partidos com a dissolução de seus gabinetes.

A câmara estava reduzida a função de expressar ao gabinete a confiança ou a desconfiança, sujeita neste caso à dissolução. Enquanto ao presidente, ou ministros, a possibilidade de cometer alguma ilegalidade ou injustiça significaria a expectativa do imperador afasta-lo. Assim, o imperador, com os dispositivos para suscitar partidos ao poder e de lhes dá provisoriamente os meios compressivos que articulam a eleição, o rei reina e governa.

A experiência regencial forma a essência da cautela dos partidos no parlamento, mais que as doutrinas importadas da Inglaterra e França. O imperador exercerá um governo pessoal, com a Câmara ameaçada por, em caso de não corresponder as expectativas, uma dissolução.

O sistema pessoal regido por D. Pedro II, para os liberais mostrava as falhas inerentes ao sistema representativo, e para os conservadores um extravio da pureza estrutural do parlamentarismo brasileiro.

Nas eleições, sobre a competição e a escolha predomina a pré-qualificação social. O Liberalismo, importado pelo Brasil da revolução portuguesa de 1820, vinha para essas terras como uma aberração com a qual a monarquia deveria conviver.

A fazenda após sair fortalecida do processo de independência, sede o seu lugar à nova categoria política, encharcada de burocratas que se apropriarão dos instrumentos eleitorais, para a dominação do expansionismo de propriedades e afogamento da competição. As faculdades de direito de Olinda, do Rio de Janeiro e a faculdade de Lisboa, formariam a maior parte da classe burocrática do segundo reinado. Assim, o parlamentarismo seria em sua maioria levado em frente pelos bacharéis das universidades.

A mesa eleitoral e paroquial foi o fundamento de toda a vida partidária. A forma de duplo grau estatuída pela constituição de 1824 determinava que os cidadãos ativos em assembleias paroquiais elegeriam os eleitores provinciais que, por sua vez,

designava os representantes da nação e das províncias. Nas assembleias paroquiais, as eleições primárias, a mesa eleitoral comandava a ordem da votação, recebendo o sufrágio dos votantes. Seu poder só era equivalente a enorme desordem que consistia sua composição. O presidente era escolhido entre juízes de fora ou ordinários, ou que estivesse na freguesia, que junto ao pároco escolhia os outros integrantes da mesa, os quais caso fossem aprovados por um sistema arbitrário de aclamação popular, que no mais das vezes era o porrete falando, comandariam o processo eleitoral em seu primeiro grau. Não havia um controle propriamente dos votantes, recusando aqueles indesejados pelas cláusulas dispostas na constituição, e a eleição acabava a hora que a mesa entendesse, tendo todos votados ou não.

O segundo grau eleitoral, cujo eleitor decidia a representação da província, era tão conturbado quanto o segundo. Embora menos caóticos, sem a belicosidade para a definição das mesas eleitorais, era ainda preenchido pelo arbítrio, com o eleito sendo decidido por afagos oficiais, nomeações e promessas. E as atas, não raro remetidas em branco, eram preenchidas pelos presidentes de províncias conforme seu arbítrio.

Esse sistema que transformava o sistema eleitoral no domínio da turbulência popular durou até 1842. Enquanto ele se mantinha, partidos nacionais se estruturavam no centro do poder, já em 1836. Esses partidos acabam incorporando após a centralização dos anos 1840, as forças provinciais que até então dominavam o processo eleitoral pela conquista do presidente da mesa eleitoral.

As instruções eleitorais de 4 de maio de 1842 instituíram ao lado do presidente e do pároco, o subdelegado de polícia, preso hierarquicamente ao ministério da justiça, por via do presidente de província. O princípio de *“feito a mesa, está feita a eleição”* continua válido, contudo agora a mesa, com o único elemento armado associado ao governo central, é necessariamente ela governista. Essa foi a resposta a “eleição do cacete” promovida pelo liberal Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Silva, em 1840, herdeiro da família Andrada. Essa acabou por derrubar de vez o gabinete da maioria, que já vinha perdendo espaço com a aprovação da Reforma do Código do processo Criminal e a restituição do Conselho. A “eleição do cacete” acabou representando um último esforço desesperado dos liberais, liderada pelos Andradas no poder, a fim de se manterem no governo. Assim, no intuito obstruir as arbitrariedades do sistema que prevalecia até então, tornou-se o sistema autoridade. E com a lei de 19 de Agosto de

1846, a autoridade policial é substituída pelo juiz de paz, sem qualquer mudança substancial no processo, pois indivíduos ligados ao poder central ainda influenciavam cabalmente a composição da mesa eleitoral.

As relações entre os quadros dirigentes e o votante se estabelecem pela coerção, nas relações de autoridade e manipulação. Os instrumentos compressivos do estado estabelecem uma espécie de relação clientelista, distorcida pelo viés autoritário entre a camada dirigente e os eleitores (membros de segundo grau eleitoral) e votantes (membros de primeiro grau eleitoral). Os empregados públicos, submetidos a hierarquia que tinha a sua origem na corte, impõem sua vontade aos estratos habilitados a votar, por coerção unicamente autoritária, e a soberania popular é substituída pelo clientelismo autoritário.

A peça principal no sistema eleitoral do império é o presidente de província. Ele movimenta a máquina provincial, organizando as molas de qualificação e da eleição, os bonecos eleitorais e os potentados rurais, sempre fieis ao líder do gabinete.

A tradição não se estabelece somente pela inércia, mas ela possui elementos ativos, que mesmo em processo de renovação e em movimento, não impele reestruturações. Para além do senado vitalício, o estamento burocrático era o grande perpetuado do processo político, se a tradição política advertia a onipotência do Estado, esse tinha suas engrenagens na máquina central, azeitada por determinados elementos.

A camada dirigente brasileira, aristocrática na sua função e nas suas origens históricas, era um núcleo fechado, cujas relações de compadrio perpetuavam as famílias no poder. Ela é caracterizada por seu feitio burocrático, profusa em bacharéis de Olinda ao Rio de Janeiro, passando pelo prestígio de Lisboa. O funcionalismo público compõem a sua base, apesar de não preenche-la por completo. Entre as carreiras políticas e a dos empregos existe uma conexão íntima e necessária, com o estado sendo o patrocinador das trocas de vantagens do jogo político. Essa orgia faz da caça ao emprego público como um objetivo de vida, e mesmo os proprietários e grandes comerciantes, apesar de toda a sua economia, sabiam que a nobilitação só estaria no serviço público.

O Estado acaba por se transformar no balizador do processo político e econômico. A burocracia superior, ou os altos cargos políticos, acabam por ser o centro

de onde emana toda a vontade política. A centralização, inicialmente condição essencial para a manutenção do sistema monárquico, acaba por progredir continuamente sobre todos os tópicos, transformando-se, em sua fase mais desenvolvida, em uma poderosa máquina, cuja última estância será ocupada por rebentos desse país oficial, e não pela representação popular.

Dessa forma, os conceitos de Estado e nação se divorciam com suas motivações distorcidas pela submissão à hierarquia estamental. O aparelhamento de toda a estrutura público acaba sendo o apoio da aristocracia, e, em última instância, seu instrumento para a sustentação dos estamentos nacionais. Assim, o sistema monárquico será pelos altos burocratas, nobilitados pelo imperador conforme sua estatura no governo, transformado em um sistema estamental-patrimonialista, no qual o Estado aliena a população do sistema político, é alheio ao povo, e impõe aos nacionais sua vontade, seja nas tributações seja na força bruta nos períodos eleitorais.

### **1.3. A dissolução**

O sistema monárquico começa seu movimento de inflexão definitivo no final dos anos 1860 e início de 1870. O descontentamento com o imperador, principalmente após a guerra do Paraguai (1865-70) tornou-se generalizado. Os liberais tornavam-se incompatíveis com a monarquia. A igreja e o partido conservador tratavam com frieza a dinastia de Bragança. E os militares constituíam um agrupamento buliçoso.

O exército brasileiro desde o princípio do império era acometido com duas doenças: a falta generalizada de disciplina, essencial para o bom funcionamento das forças armadas; e a politização, característica dos exércitos da América Latina. Com as vitórias de 1851-52, Guerra do Prata, e a de 1865-70, na Guerra do Paraguai, o exército do Brasil insuflou-se de vaidade, sem que isso trouxesse qualquer senso de disciplina a corporação.

Após a guerra do Paraguai, o governo temia que a volta do exército vitorioso, sob as aclamações públicas, poderia levar a politização das forças armadas. Por isso, via a necessidade de processar o desarmamento e a licença dos efetivos do exército o mais rápido, livrando-se o máximo possível de qualquer agitação que, porventura, pudesse advir do orgulhoso exército.

As forças armadas, que permaneceram por mais de cinco anos em terras estrangeiras, foram influenciadas pelo militarismo das repúblicas hispano-americanas. O movimento abolicionista, que acabou legalmente revolucionário, contribuiu para insuflar o exército, pois contava em suas fileiras com o prestígio do uniforme militar. Com isso, antes de social, o exército tornou-se politicamente perigoso, voltando-se às suas funções ditas cívicas ou educadoras, ao invés das funções estritamente técnicas.

O exército foi o principal braço da arbitrariedade imperial brasileira, muito copiada dos norte-americanos e europeus, com os seus vizinhos. Instáveis em casa, os partidos políticos brasileiros praticavam verdadeira política de submissão no exterior.

A principal fonte de interferência dos militares na política foi a possibilidade de mesmo com funções poderem ser eleitos ao parlamento, até mesmo a mais alta casa deste, o que permitia críticas dos oficiais aos seus superiores. Paradigma do desentendimento entre poder civil e militar foi o desacerto entre Luis Alves de Lima e Silva e Zacarias de Góes, que o gabinete tentou favorecer, dando parecer para a continuidade deste em seu cargo, enquanto D. Pedro II, preocupado com a campanha, resolveu a dissolução do gabinete. Assim, o imperador tomava partido em detrimento da ordem civil e criava uma cicatriz dentro do partido liberal que só seria sanada vinte e um anos depois com a queda do império.

A oficialidade após a Guerra do Paraguai estava em polvorosa, com casos recorrentes de indisciplina. Faltava ao exército uma tradição militar, devido a falta de guerras propriamente ditas, pois além da do Paraguai, a do Prata não exigiu muito dos brasileiros, e a da cisplatina, de certa forma, foi perdida. Por outro lado, o conteúdo político pululava nas fileiras do exército, principalmente pela sistematização filosófica do positivismo de Comte, extensamente adotado pelo exército brasileiro.

O clero nacional era liberal, até com integrantes na maçonaria. Eles mais desfrutavam das prerrogativas do Estado que propriamente dos privilégios canônicos. Os bispos e párocos eram de toda forma funcionários públicos, com papel essencial nas mesas eleitorais. Assim, o próprio Feijó decidiu que o celibato clerical seria disciplinado pelos próprios presidentes de província, cujos clérigos brasileiros se subordinavam. Com isso, o corpo eclesiástico se subordinava mais ao Estado que a própria Cúria Romana, e era normal que integrassem os quadros partidários no segundo império.



Em 1873, houve a discórdia entre o poder civil e o eclesiástico, sem, contudo, maiores repercussões sociais imediatas, mas com o esmorecimento da relação desses dois poderes, outrora unidos e de forte influência na sociedade. O regalismo do poder civil, junto ao galicanismo exacerbado do governo brasileiro gerou fratura irreconciliável entre os poderes. O *quid pro quo* se iniciou com a condenação formal da maçonaria pelo papa Pio IX, numa encíclica encerrando o *Syllabus*, cujo conteúdo não obteve o beneplácito imperial. No Brasil, a maçonaria teve importante papel na independência, e muitos dos membros eclesiásticos destacavam-se dentro dessas organizações que tendiam apenas a crescer no âmbito social e político brasileiro. O primeiro incidente advindo dessa situação foi quando do discurso maçônico do Padre Almeida Martins, intimado pelo bispo D. Pedro de Lacerda a abjurar a maçonaria. Essa atitude levou ao erguimento de broqueis ao episcopado, e sob advertência do presidente do conselho e chefe da maçonaria (Visconde de Rio Branco) de Lacerda não levou adiante suas intenções. Contudo, o bispo de Pernambuco, frei Vital de Oliveira, azado o tema, levanta a proibição ao seu clero de officiar em cerimônia dos maçons, expulsou de suas funções religiosas as confrarias insurgentes, e interditou as capelas delas dependentes, até não restarem maçons nas irmandades.

Esse cisma era irreduzível devido a incapacidade conciliatória das diretrizes. Os meios constitucionais davam ao governo o caminho para a manutenção da sua posição, de não conceder o beneplácito a tal ato, e, por isso, declarar a ilegalidade da ação do episcopado. Por sua vez, o espírito canônico queria se impor e a sua disposição, e, para isso, não hesitava nos anátemas cristãos. O acirramento da desavença cresce com a decisão dos bispos de interdição das solenidades religiosas e fechamento dos templos onde cristãos e maçons celebrassem a missa juntos, contestada por parecer da maioria do Conselho de Estado, apoiada na ideia de que o poder civil possuía autoridade para dirigir funções religiosas. Os bispos Vital de Oliveira e Antônio Macedo Costa, do Pará, acabaram sendo processados no Supremo Tribunal Federal, por desrespeito ao poder moderador e executivo. Os padres que lhe foram fiéis acabaram por serem julgados também.

A veemência desses padres inspirou admiração ao profundo sentimento religiosos da população brasileira, devido à tradição religiosa secular nessas terras, o que acabou levantado focos de descontentamentos, principalmente nas regiões Norte e Nordeste brasileiras.

Aos elementos militar e eclesiástico, o descontentamento com o poder moderador, principalmente da ala conservadora, entre os quadros partidários ganhou tal impulsão que a figura do imperador acabou esvaziada. Sendo o poder moderador a forma de sustentação da alta burocracia, o imperador se encontrava recorrentemente obrigado a atuar no legislativo. Sua figura era especialmente achincalhada quando da mudança de gabinete e, principalmente, quando da dissolução das maiorias na câmara.

A desintegração partidária começou a nascer nos anos de 1860. O parlamento estava dividido em três correntes: os conservadores extremistas e moderados, e os liberais. O partido liberal, até os anos de 1860 submergido na maré do monarquismo, e na luta fratricida pelo aparelhamento dos cargos públicos começa a tomar novas feições. O tenaz Teófilo Ottoni ressuscita a histórica oposição ao poder moderador e a formatação centralizadora da monarquia. Em 1861 surgiu a necessidade da criação de um novo partido, para libertar os ideais liberais do enclaustramento imposto pela acomodação nas instituições. Em 1868, já adotando feição quase antidinástica, os ideais liberais do início da regência ressurgem, com força inédita, desde aquele período, se corporificando na chamada liga progressista, que convergiu liberais e alguns membros do partido conservador, com especial notoriedade por histórico marquês de Olinda. Com a dissolução arbitrária do gabinete de Zacarias de Góis, feita de forma unidimensional pelo imperador, e seu aclamado poder moderador, os liberais, progressistas e históricos, se unem em um novo partido liberal, liderado por Nabuco, Zacarias, Silveira Lobo, Teófilo Ottoni e Francisco Octaviano. Seus ideais serão convergidos em manifesto, provavelmente da lavra de Nabuco, com reivindicações do desenvolvimento de elementos democráticos: atenuação do poder moderador, “o rei reina, mas não governa”, descentralização, reforma das funções do conselho de estado, reforma do senado; e a ampliação das liberdades: liberdade de consciência, de comércio e indústria, além da liberdade para se fundar escolas.

Perdendo os estamentos burocráticos, o Poder Moderador acabou perdendo todo o seu prestígio. O crepúsculo do sentimento monarquista se inicia com o governo conservador do Visconde de Itaboraí. O partido republicano, que junto com os militares formaram o núcleo do 15 de Novembro, se reforçou com as dissensões do partido liberal, após 1868. Assim, o caminho para a república estava aberto.

## **CAPÍTULO 2 – O PROCESSO ECÔNOMICO NO IMPÉRIO**

### **2.1. A mão de obra**

Na primeira metade do século, a força de trabalho era basicamente constituída por uma massa de escravos, que possivelmente alcançavam dois milhões de indivíduos. Em 1872, o primeiro censo demográfico apontava a existência de 1,5 milhões de escravos. A alta mortalidade da população cativa indica as severas condições para essa modalidade de trabalho no campo brasileiro. O regime alimentar era particularmente deficiente.

Com isso, qualquer empreendimento econômico iniciado no Brasil deveria levar em conta a elasticidade da mão de obra. O início da produção do café na parte meridional brasileira, conta em seu primeiro momento com a intensificação da migração interna, na direção norte-sul. Esse movimento provocou forte pressão nas regiões do norte brasileiro, pois elas já operavam em baixa rentabilidade, principalmente o Maranhão que vinha de um surto ilusório de prosperidade. A região açucareira ainda resistia, mesmo com a redução do abastecimento dessa região e com a elevação geral dos preços, provavelmente com a intensificação do trabalho escravo, aumentando ainda mais o desgaste da população negra.

O crescimento econômico brasileiro no século XIX não consistiu na industrialização de sua economia, processo que ainda demorará um século. A economia se desenvolveu pela expansão, na exploração do único fator de produção abundante no território brasileiro: a terra. Para que a terra não fosse ocupada extensamente de forma unicamente devoluta, era necessária a incorporação crescente da mão de obra. Esse fator representava o principal gargalo para o crescimento da economia: não abundava a mão de obra.

O setor de subsistência que se desenvolveu durante os séculos de colonização portuguesa, progrediu de forma que a utilização desse excedente era inviável, pelo menos como mão de obra para a grande lavoura.

O regime de sesmaria, ao contrário de sua intenção inicial, gera a grande propriedade. No intuito de acentuar o seu conteúdo dominal, as sesmarias acabaram levando ao domínio do prestígio político, ao invés de propensão ao cultivo, estando dominadas suas disposições ao titular de serviços públicos. Assim, a propriedade torna-

se uma afirmação aristocrática, para uma grande empresa ou para o domínio de lavradores e vaqueiros

O regime das sesmarias imobiliza a terra, ele não serve ao cultivo,mas a manutenção do *status* dos grandes proprietários. Ela, assim, bloqueia a ascensão do lavrador não proprietário. Com o fim do regime das sesmarias, o poder público sai de cena, até 1850, e a aquisição de terras passa a ser por hereditariedade, doação, compra e, sobretudo, pela ocupação. A ocupação de terras devolutas passou a ser um meio legítimo de aquisição de terras.

O reconhecimento da posse será pela cultura efetiva, mas o posseiro, pela sua lavoura, poderia estender sua posse até onde não encontrasse vontade que lhe obstasse. Com isso, as grandes propriedades praticamente não conheciam limites. O posseiro já não pode ser expulso da terra, sob risco de convulsão social, pois este já vinculara sua propriedade a prosperidade dos fornecedores de escravos, bens e implementos agrícolas. Único remédio possível é o reconhecimento da propriedade. A lei de 18 de setembro de 1850 é uma errata ao regime das sesmarias, ela ratifica o sistema de posses, porém findando com a expansão latifundiária sobre terras devolutas. Essa lei, inspirada no povoamento e colonização, não logrou evitar o rumo expansionista do latifúndio.

O sistema de sesmarias acabou por tornar o fator terra, o elemento mais abundante no território brasileiro, indisponível para os pequenos proprietários. Mediante o monopólio real e dos favores do rei, as terras se concentravam na mão de poucos proprietários. Assim, a base da economia de subsistência era a “roça”, que constituía o principal elemento garantidor da sobrevivência de pequenas unidades familiares. Contudo, esses grupos familiares não se limitavam a roça, pois estavam intrinsecamente ligados a um abastardo núcleo econômico, normalmente pecuário, cujo proprietário, o grande latifundiário, em troca de serviços variados, lhes a abastecia, e com isso um gasto monetário mínimo era possível. Logo, duas unidades econômicas se formavam: em âmbito menor, a economia de subsistência, com seu centro na roça; e o grande proprietário, que formava com aquele uma espécie de economia mista.

O sistema de subsistência, havendo abundância de terras, tendia a crescer, diminuindo sua importância relativa. Contudo, o dito caboclo, ao contrário de perpetuar a subsistência, era responsável, muitas vezes, pelo rudimentar desenvolvimento dessa economia. Empreitada sem sucesso, pois mesmo desenvolvendo técnicas avançadas de

produção, o esse excedente assim produzido não teria valor econômico. Por isso, sem incentivos econômicos, as técnicas de produção mesmo tendiam a involução, assim como as formas de organização do trabalho, o que ocorreu com inúmeros imigrantes europeus no sul brasileiro. Com o tempo, sem incentivos, o agricultor se transfigurava na figura do caboclo, tão depreciada na sociedade brasileira.

Do ponto de vista social, a unidade mais importante era a que tinha como chefe o grande proprietário. A esse interessava apenas que o maior número de roceiros vivesse em sua dependência, pois, enquanto deixava-os cuidar de sua subsistência, quando surgisse a necessidade, ele teria mão de obra disponível, conforme necessitasse. Além disso, o prestígio dos grandes proprietários estava diretamente ligado ao número de “almas” que ele possuía. Assim, o roceiro, mesmo sem ligação econômica, estava ligado ao grande proprietário, sob a mística criada durante séculos da fidelidade ao chefe.

Somando essas características e a grande dispersão da economia de subsistência por todo o território brasileiro, os pressupostos para a desmobilização dessa forma de organização eram dispendiosos, e necessitavam da corroboração dos grandes proprietários, que não se interessavam por esta forma de cooperação, pois esse era seu estilo de vida, de organização social e mais particularmente de seu poderio político. Esse sistema só será parcialmente desmobilizado já nos idos do império, quando toda sua estrutura político-social se desmoronava e o sistema social das lavouras brasileiras já tinha parcialmente entrado em colapso.

Dada a potencialidade da mão de obra estar imobilizada em um primeiro momento, o exemplo da imigração voluntária de europeus para os Estados Unidos incentivou o governo a fomentar a instalação de colônias de imigrantes europeus. A política de colônias era, contudo, débil. O traslado dos europeus era por demais dispendioso, e, acima de tudo, não colaborava para alterar os termos desfavoráveis em relação a mão de obra na grande lavoura. As colônias criadas pelo governo imperial careciam totalmente de fundamento econômica; tinham como pressuposto fundamentador a crença na superioridade inata do trabalho europeu, que por mais das vezes, acaba em território pátrio se reduzindo a exploração rudimentar da terra.

A colonização europeia era amplamente subsidiada. O governo pagava os gastos de instalação e transporte, além de promover obras públicas artificiais, no intuito de empregar os colonos. Porém, quando a colônia era deixada aos seus próprios recursos,

ela regredia ao sistema de subsistência, pois não havia mercado para os excedentes de produção, e todo o sistema monetário e a divisão do trabalho se tornavam rudimentares.

Vendo que a política imperial não resultava em solucionar o problema da mão de obra, o senador Vergueiro, expoente do partido liberal, decidiu contratar diretamente trabalhadores da Europa, conseguindo do governo brasileiro o financiamento do transporte. A ideia do senador era o imigrante vender o seu trabalho futuro. Era claro que esse sistema se desenvolvia em regime de servidão, só que, ao contrário da imigração aos Estados Unidos da América, o tempo de serviço não era bem delimitado, agravando a situação do imigrado. Assim, sendo o fazendeiro a única palavra de autoridade, devido as grandes distâncias entre as fazendas e os centros de poder, resta claro os abusos recorrentes a que os imigrados estavam sujeitos.

Em 1860, o problema da mão de obra tornava-se crônico, pois somado ao crescimento indômito da indústria cafeeira, que em seu período inicial se desenvolveu com a mão de obra escrava, veio a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1863). Com ela, o algodão norte americano, no auge da revolução industrial manufatureira, sofreu com as barreiras inglesas, e vez com que o ciclo do algodão na região maranhense sofresse sua segunda grande expansão. Em pouco tempo, teve início o conflito entre o norte e o sul pela mão de obra escrava.

O problema da mão de obra começou a ser solucionado com o sistema de pagamento ao colono (como passou a ser chamado todos os imigrantes europeus, apesar de a maioria ser de assalariados) que vinculava o montante a ser pago à quantidade produzida por ele. A perda de uma safra poderia acarretar a miséria do imigrante. A cada colono era fixado um pagamento salarial anual, em conjunto com a produtividade do conjunto dos pés de café a que ele era designado.

Outro problema era o das despesas de viagem. Tendo o colono a obrigação de arcar com o pagamento da viagem com o seu trabalho, eles preocupavam-se com sua liberdade. E deixando as despesas do traslado apenas aos fazendeiros, somente os mais abastados conseguiriam arcar com as vultosas quantias necessárias. Não sendo possível obrigar o europeu a permanecer na terra, alguns fazendeiros acabaram por bancar a mão de obra de outros. Esse problema começou a ser resolvido em 1870, quando o governo começou a bancar o transporte dos colonos destinados ao trabalho na grande lavoura. Nesse sistema, cabia ao fazendeiro cobrir os gastos dos imigrantes no primeiro ano,

esperando a maturação de seu trabalho, e disponibilizar terras para o imigrante plantar gêneros de primeira necessidade para o sustento de sua família.

A região norte do Brasil passou por processo distinto das demais regiões. A desorganização do sistema dos jesuítas de exploração da mão de obra indígena, em regime de servidão, pelo Marquês de Pombal, no final do século XVIII, levou a região norte a letargia econômica. Apesar de no primeiro período de Pombal, a empresa ali injetada por ele, ter logrado sucesso apostando na produção de arroz e algodão, esse processo não foi muito além. A base da economia do norte ainda era extrativista, com a exportação de produtos coletados na floresta amazônica. O principal desses produtos era o cacau, cuja forma de produção não permitia que este alcançasse a robustez econômica necessária para se tornar uma indústria dinâmica.

A estrutura da região norte do país sofrerá profundas alterações com o início da exportação de borracha. Registrada desde os anos 1820, é no ano de 1860 que o preço desse produto começa a aumentar significativamente; saía de 45 libras, em 1840, para 125 libras, em 1860. A borracha estava destinada a se transformar na matéria prima com procura em mais rápida expansão, pois a indústria de veículos de motores de combustão interna seria no final do século XX e início do XXI o principal fator de dinamização das economias industrializadas.

A borracha era um produto extrativo e sua maior concentração estava nas árvores da floresta amazônica. Entretanto, atender o mercado internacional em crescimento vertiginoso se afigurava tarefa hercúlea, devido a escassa disponibilização de mão de obra naquela região brasileira. Se a lógica impunha solução a longo prazo, pois o aumento contínuo da produção baseado no extrativismo amazônica era difícil, o mercado impunha a necessidade de uma solução em curto prazo. Foi nesse sentido que a organização da economia da borracha se desenvolveu em duas etapas: a primeira de solução emergencial, voltada inteiramente para a região amazônica, marcada pelas dificuldades do meio; a segunda, pela organização da produção em bases racionais, permitindo que a oferta adquirisse a elasticidade necessária.

Ainda mais que no caso do café, a expansão da indústria da borracha era a questão da mão de obra. Sua técnica rústica de extração garantia que a rentabilidade do processo aumentasse proporcionalmente a mão de obra envolvida. Logo, o influxo de

trabalhadores para o norte brasileira era condição *sine qua non* para o desenvolvimento do projeto extrativista.

A transumância para o norte brasileiro nos últimos decênios do século XIX, principalmente nos anos 1890, e nas décadas iniciais do século XX, mostra que nesse período havia um substancial reservatório de mão de obra no nordeste, e que se a imigração europeia não tivesse solucionado o problema da mão de obra no sudeste cafeeiro, este acabaria por se regularizar, contudo com grave opróbrio para a produção amazônica de borracha.

A economia nordestina se organizava desde o começo da colonização em torno do sistema açucareiro-exportador e do pecuário, dependente daquele. Com a decadência da indústria açucareira, a pecuária regrediu para sistema de subsistência. Nessa forma de economia, a população tende a crescer em função da disponibilidade de alimentos, que, por sua vez, depende da disponibilidade de terra. Essa questão se torna mais clara quando comparados o desenvolvimento demográfico do Brasil setentrional com o meridional. Nesse, a abundância de terras e a qualidade do pasto proporcionaram suprimentos alimentícios abundantes, mesmo com o baixo nível técnico da produção. Isso permitiu que essa parte do país passasse por um rápido crescimento demográfico. O excedente populacional e a produção virtual, por conseguinte, permitiram o crescimento do mercado interno com o sucesso da agricultura cafeeira.

Na região nordeste, a pecuária se desenvolveu desde o século XVII. Por isso, já no século XIX, em algumas sub-regiões, a pressão demográfica sob a ocupação de terra já se fazia sentir. O desenvolvimento da cultura algodoeira tornou a economia mais diversificada, gerando maior possibilidade de crescimento demográfico. Em 1860, essa cultura conhece novo pico de prosperidade, e, certas regiões, como o Ceará, conheciam pela primeira vez uma etapa de prosperidade. Essa fortuna, contudo, colaborou para a desestruturação da economia de subsistência, a qual, inevitavelmente, devido a artificialidade da prosperidade, voltaria a ser a forma econômica local.

A desestruturação da economia de subsistência, a baixa dos preços do algodão, com o fim da Guerra de secessão, e a seca rigorosa de 1877-1880, tornou a situação desesperadora nessas regiões. As populações dessas localidades acabaram reencontrando sua esperança em outros locais, principalmente a região amazônica. A extrema miséria dificultou, por algum tempo, a reação dos grupos dominantes da região,



que viam a principal fonte de sua riqueza se esvaindo. Ajudados pela concentração populacional nas regiões litorâneas, o processo uma vez iniciado tornou-se inevitável. Assim, com o financiamento do traslado pelos Estados interessados, se resolveu, em curto prazo, o problema da inelasticidade da oferta da borracha.

Desta forma, se desenvolveram os dois principais movimentos migratórios do país. A imigração europeia era caracterizada pela ajuda de seu governo originário e pelo brasileiro, assegurando seus gastos de transporte e sua residência, enquanto o custo para a sua manutenção em território nacional era feito pelo proprietário, com expectativas na colheita. O migrante nordestino a caminho da Amazônia, principalmente do Ceará, era obrigado a pagar total ou parcialmente sua viagem, seus instrumentos de trabalho e suas despesas de instalação. O monopólio da distribuição dos produtos alimentícios pelo mesmo empresário responsável por lhe contratar, acabava por transformar o regime de trabalho na bacia amazônica em servidão. Foi assim que, quando os preços da borracha caíram pela regulação do mercado internacional, com a entrada da produção oriental, os seringueiros acabaram se reduzindo ao regime de subsistência o mais primitivo possível, dependendo do ambiente insalubre da floresta para sobreviverem. Essa etapa representou um enorme desgaste humano, em uma época em que a mão de obra era fator sensível na economia brasileira.

A escravidão era a base de um sistema de vida secularmente estabelecido. Caracterizava-se por sua estabilidade estrutural, que acabava por explicar as reticências em findar o regime escravocrata. Todos os contemporâneos não compreenderam a natureza real do problema, e ansiavam, em abismal insegurança, o resultado do que eles consideravam uma hecatombe social inevitável. Por isso, muitos argumentavam que a abolição geral traria grandes perdas ao sistema responsável pela dinamização da economia nacional, pois, por um golpe legal, vultosas riquezas sumiriam. Outros afirmavam, ao contrário, que a abolição significava a liberação de grande quantidade de capitais, uma vez que os empresários não precisariam imobilizar em força de trabalho ou comercialização importantes somas de capitais.

A abolição da escravidão, à semelhança de uma “reforma agrária”, não constitui *per se* uma distribuição nem criação de riqueza. É simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. A complexidade desse esquema é que a força de trabalho, ao passar do proprietário para o indivíduo, deixa de ser um ativo da

contabilidade para se tornar virtualidade. Como uma reforma agrária, a abolição acarreta em modificação na forma de organização da produção e o grau de utilização dos valores.

Apenas em condições especiais a abolição se limitaria a uma transformação formal dos escravos em assalariados. Esse foi o caso das Antilhas inglesas. Com inelasticidade completa da oferta de terras, devido a ocupação extensiva desta, em fins do século XVII, e dada a impossibilidade de imigrar, os escravos acabaram apenas se transformando em assalariados, com salários determinados em nível mínimo para garantir sua subsistência, que, por garantias legais, obrigou os escravos a trabalharem mais, para terem a mesma situação de quando escravizados.

A segunda possibilidade, totalmente inversa à primeira, é a elasticidade completa da oferta de terras, fazendo com que, findando a escravidão, os escravos abandonem as plantações e se dediquem a agricultura de subsistência. Este caso não sendo factível, o empresário acabaria por oferecer salários maiores, retendo parte dos escravos, assim aumentando a redistribuição de renda, em favor da mão de obra.

Esses dois tipos ideais de processo pós escravidão não aconteceram no Brasil. Contudo, é seguro afirmar que o primeiro tipo se aproximou mais do caso no norte, enquanto o segundo mais na região cafeeira. No nordeste, cujo processo de ocupação extensiva data do século XVII, os escravos encontraram pouca disponibilização da terra. Somado a isso, a concentração populacional nas cidades era caracterizada por acentuada miséria, que já tinha se tornado um verdadeiro problema social. Diante desse retrospecto, pouco foram os escravos que partiram, e os grandes proprietários lograram êxito em vincular o trabalho assalariado a poucos retornos. É provável que a abolição da escravidão não tenha concretizado melhor situação para a população escrava, quando comparado com sua situação anterior, nem que ela tenha resultado em efetiva redistribuição de renda.

Nas áreas dos atuais estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e parte de São Paulo tinha se formado uma economia cafeeira baseada na escravidão. A rápida destruição das terras ocupadas na primeira expansão cafeeira e as facilidades apresentadas pela linha férrea favoreceu a produção em terras mais distantes. Se era de se esperar que a abolição levasse os escravos a terras mais distantes com maior rentabilidade e a possibilidade de receberem maiores salários, a consolidação da

imigração europeia nesse período, e todas as suas vantagens, nas terras mais prósperas do território paulista, impediu a maior mobilidade dos antigos escravos.

A situação do escravo nessa área, apesar da dificuldade representada pelo imigrante europeu, foi mais favorável que no norte brasileiro. Isso decorre da maior elasticidade na oferta de terras nessa área. Fruto de ocupação tardia do território, o estado de São Paulo, especialmente, apresentava maior possibilidade de acesso às terras. Contudo, a dispersão foi menor do que podia se esperar, possivelmente devido a fatores sociais, mais que fatores propriamente econômicos. A situação favorável, em relação ao mercado de trabalho, levou a maior redistribuição de renda naquela área, pela melhoria salarial.

O homem econômico formado no regime escravocrata parece estar totalmente desaparelhado para receber estímulos econômicos. Quase não possuindo hábitos familiares, a circulação de riqueza lhe é estranha. E seu rudimentar desenvolvimento mental tornam suas “necessidades” muito menores que um burguês mediano. Sendo o trabalho para o escravo uma maldição e o ócio um bem inalcançável, a elevação de seus salários acima de suas necessidades – que estão definidas pelo nível de subsistência de um escravo – determina uma forte preferência pelo ócio. Desta forma, quando da elevação dos salários, pela amplitude das possibilidades, ocorreu um afrouxamento das normas de trabalho. Ao poder satisfazer rapidamente seus baixos padrões de subsistência com menos dias de trabalho, o indivíduo produzido pelo trabalho escravo preferia comprar o ócio trabalhando menos horas por dia. Por conseguinte, nestas regiões, a abolição resultou na redução do grau de utilização da força de trabalho.

O reduzido desenvolvimento mental da população submetida a escravidão provocará segregação parcial, após a abolição, retardando o processo de assimilação dessa população e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Durante toda a primeira metade do século XX, os descendentes de escravos viveram em seu limitado sistema de “necessidades”, cabendo-lhes papel passivo nas transformações econômicas do país.

Com a abolição da escravidão não houve transformação profunda na organização da produção, nem mesmo na distribuição de renda. Contudo, um dos pilares do sistema de poder formado na época colonial era extinto, e que, ao perpetuar-

se durante todo o século XIX, constituía um fator de entorpecimento do desenvolvimento do sistema econômico.

## **2.2 O sistema econômico**

Os primeiros anos do império foram caracterizados pelo déficit orçamentário, que corroía cronicamente a ordem financeira, projetando maiores empréstimos e elevando os encargos. O Banco do Brasil usara de um único expediente para conter a crise fiscal, a emissão de notas. Com esse imenso fluxo monetário, o cambio passou por uma elevada depreciação, ocorreu processo acentuado de carestia dos produtos em geral e problemas de evasão dos metais preciosos. Esse último caso levou ao “papel inconvertível”, liberto do custo ouro, que baseará, devido a falta de crédito e de instrumentos de recolhimento dos tributos, a ortodoxia em política monetária durante todo o império.

Além da baixa dos preços do açúcar e algodão nos dois primeiros decênios do império, ocorreram crises mundiais nos anos de 1825 e 1836-37, provocando a baixa geral dos preços dos produtos de exportação.

Nesse cenário surge as plantações de café, que reconfigurará o sistema econômico brasileiro. A nova cultura tem efeito de longo alcance em toda a estrutura política, social e econômica. Ela não se adensa apenas como mais outro produto exportador. Desloca o eixo econômico do norte para o sul, principalmente na área sul de Minas Gerais e no Rio de Janeiro em seus primeiros anos, alcançando seu auge no Estado de São Paulo. Esse processo legitima a supremacia política usufruída pelo sul do país

A estrutura econômica da indústria do café se diferencia daquela que outrora dominara o Brasil, a açucareira. Com a monocultura em ascendência e o adensamento dos vínculos comerciais, ela tinha mais consciência de seus objetivos. O investimento inicial era basicamente em mão de obra escrava, pois a colheita se dava em processo de baixa tecnologia, e as terras, abundantes, pouco valia, pois sempre disponíveis, nos primeiros anos do século XX, pelas doações e posses, posteriormente legitimadas pela lei de terra em 1850. Com o total do capital fixo ocupado pela terra girando em torno de 30% antes de 1850 e 20% logo depois.

A bem-aventurança vinda com a economia cafeeira trouxe, em um segundo momento, a mudança da estruturação da economia. Agora, o grande lavoureiro voltava-se sem constrangimento para o crédito no único intento de investir na compra de mais mão de obra escrava, a única forma conhecida por eles de aumentar a produção. Além do escravo, os fazendeiros também precisavam dessas casas de comércio para a compra de produtos alimentícios. Foi assim que os homens da economia cafeeira souberam de forma extremamente eficiente aliar seus interesses econômicos com os instrumentos do governo, pois a fazenda ligou-se ao comércio.

As diferenças entre produtor e o traficante de escravos estava que, após o período de latência da economia cafeeira, a expansão levou os produtores a acreditarem que apenas com a compra de mais escravos poderiam aumentar seus lucros. Porém, como compravam em crédito, viam seu investimento evaporar antes do término do pagamento do crédito, que levava normamente algo em torno de 4 anos. A hipoteca não podendo ser paga, as terras passavam do produtor para os especuladores e os traficantes.

Diante da dificuldade de acesso ao crédito, com ebulição inflacionária, surge a figura proeminente dos comissários ou correspondente, financiadores de escravos, mantimentos e de artigos de luxo. Daí por diante, os dividendos do café, em sua maior parte, vão para os comissários. De 2/3 a 4/5 do valor da saca de café permanece com o comissário, pois ele adianta os recursos para as safras, representam o fazendeiro junto ao exportador, saldavam as hipotecas lavradas com terceiros e pagam as despesas do transporte, com a concentração do escoamento da produção no porto do Rio de Janeiro. Parte da renda do comissário vai para fornecedores, de todas as formas de produtos, iniciando a urbanização brasileira, e aos demais credores.

Esse mundo pré-bancário projeta o mercado urbano. Com o sucesso da empreitada cafeeira, e a duplicação do preço do escravo, devido à cessão do tráfico, exige maiores créditos, que os crescentes núcleos urbanos fornecerão em abundância, agora sob o patrocínio bancário. Com isso a economia gira mais em torno do escravo e da exportação do que da fazenda, constituída por núcleos dispersos. Os interesses do comércio e o quadro-político administrativo se conjugam novamente. O dinheiro e a política voltam a se dar a mão, subjugando a classe proprietária, que para defender sua produção se subordina aos seus intermediários urbanos, emaranhados nos estamentos

burocráticos, armados em torno do senado, partidos, conselho de estado e da política centralizadora.

A estrutura criada pelo processo de centralização do estado formou com as elites econômicas processo sinérgico, pelo qual governar o país se baseava, acima de outros elementos, em trabalhar com os interesses predominantes na economia. Assim, enquanto a indústria cafeeira ia se desenvolvendo, com o comissariado em seu centro, os interesses econômicos desse estrato iam se fundindo com o processo de centralização, até se tornarem idênticos. Logo, a camada dirigente, que aumentava continuamente, concentrava em seu seio a dinâmica das relações econômicas, ao se harmonizar com os filhos da prosperidade do café.

Os dirigentes da economia açucareira eram caracterizados pelo seu atributo ruralista, pois as fases de produção e comercialização estavam rigorosamente isoladas, carecendo os homens responsáveis pelo gerenciamento da produção, da visão do conjunto da cadeia de produção. Logo, estavam eles impossibilitados de estabelecer claramente os seus interesses. As decisões primordiais eram todas tomadas na fase de comercialização. Ao contrário desses, que no século XIX, já tinham se reduzido, parcialmente, ao ócio do rentismo, a classe dirigente responsável pela economia cafeeira era a de homens comerciais, por isso, em todo o processo de gestação os interesses da produção e do comércio estavam entrelaçados. Sob a direção do comissário, a aquisição de terras, o recrutamento da mão de obra, a organização e direção da produção, o transporte interno, a comercialização no porto, os contatos oficiais e a interferência na política econômica e financeira se concretizavam.

Ao Estado, enquanto realidade mais ativa da estrutura social, com seu estamento burocrático, coube a direção da economia brasileira no segundo reinado. Dependente da Inglaterra, a economia brasileira não será administrada de forma colonial, com a aceitação passiva da política da metrópole – nesse caso Londres -, mas ela será temperada pelas rédeas do Estado.

O Tesouro, responsável pela intermediação financeira, irá ordenar e dirigir a economia brasileira, adequando-a ao mundo moderno e impondo um maior ritmo de progresso. Há coexistindo a política tributária e financeira, ao lado da política econômica, sob mesma doutrina, mas internamente dissociadas. O sistema financeiro e

tributário se sustentará pelos direitos aduaneiros de entrada e de saída (imposto de exportação) de produtos.

A importação é responsável por 30% da renda nacional, e corresponde a 94% do valor da exportação, no período entre 1850-1900. O Estado só deveria com o equilíbrio da balança comercial, evitando o déficit público, e desenvolvendo os meios para o escoamento da produção de café (ferrovias e portos). O padrão-ouro fora adotado para ajustar automaticamente o comércio.

Em questão de política monetária, o sistema brasileiro no século XIX se desenvolve em torno do paradigma do Padrão ouro, subsidiado pela teoria quantitativa da moeda. Segundo o padrão, uma meio circulante seria são se vinculado ao ouro, e vicioso se calcado sobre moeda fiduciária. Ela se baseava na seguinte fórmula:

$$MV=Py$$

No qual **M** é a quantidade de moeda em circulação; **V** é a velocidade da circulação da moeda; **P** é o índice geral de preços; e **y** é o produto ou a quantidade de bens e serviços transacionados. No curto prazo, **V** e **y** poderiam ser considerados constantes, pois **V** se baseia na rotina dos agentes econômicos, que não passa por grandes transformações no curto prazo, e **y**, o produto, dependeria de uma alteração da capacidade produtiva, o que não se dá em curto prazo, até determinado limite. Tendo isso em conta, a quantidade de **M** influenciaria diretamente em **P**.

A consequência direta dessa teoria é que dado a desregularão da balança comercial, ou seja, o aumento das importações frente as exportações, o país teria de exportar ouro, o que reduziria **M**. Logo, com a diminuição do meio circulante, necessariamente o índice de preços gerais diminuiria, devido a alta do preço do ouro. Esse processo geraria automaticamente a regulação da balança comercial, pois as exportações seriam estimuladas frente as importações.

Uma boa circulação seria aquela que a qualquer momento pudesse se internacionalizar desta forma, a um indicador seguro do comércio se expressaria, em termo último, na taxa de câmbio.

O Banco do Brasil nasce sob a égide do padrão-ouro, até torna-se agência pública dos desígnios do governo, com ampla emissão sem lastro. Nisso o banco causou

sua própria bancarrota, porém firmou a realidade se impondo a teoria, de que o papel-moeda é a base do meio circulante. O papel inconversível foi desde o desastre do Banco do Brasil o único meio de troca. Ele era o regulador da circulação de valores, que representavam a riqueza do país. A realidade papelista brasileira, de emissão de papel moeda, quebrou o padrão-ouro.

Com os economistas nacionais usufruindo de baixa criatividade, pois sua maioria era formada nas escolas de direito, eles tentavam, ao contrário do que mostrava a realidade, se adequar ao padrão-ouro. Essa inadequação se deve a própria configuração da economia brasileira. Participando ativamente da comércio internacional, pois tinha altos índices de exportação e importação, seu intercâmbio *per capita* era muito superior a renda *per capita*. Assim, o alto grau do coeficiente de importações levaria a um brusco desequilíbrio da balança de pagamentos, o que, por sua vez, levaria a uma brusca queda do meio circulante e, conseqüentemente, traumatizando a economia.

A expansão do meio circulante, decorrendo no aumento dos preços, favorece a exportação, ao desvalorizar a moeda nacional. Assim, o efeito contrário se estabelece no âmbito das importações, com a carestia geral dos preços, restringindo o consumo de importados, em um primeiro momento, com a substituição de importações em um segundo. A moeda fiduciária, desta forma, dinamiza a economia, ma medida em que se defende das flutuações, da atividade, da vigilância a da intervenção do governo.

A direta manipulação financeira no meio circulante vai além do controle formal e da fiscalização, preconizada pelo liberalismo. O empresariado quer a indústria, mas solicita a proteção alfandegária e o crédito público. O ideal empresarial possui duas etapas: o amparo estatal, na cúpula, e a livre iniciativa, no nível da empresa.

A indústria cafeeira desde o início estabeleceu seu padrão de produção semelhante ao da açucareira, grande lavoura baseada no trabalho escravo. Contudo, ela necessita de crédito para a compra de escravos e manter o investimento que só se torna produtivo após 5 anos. As dificuldades de início não serão as mesmas do auge da indústria. Com o preço das terras aumentando, reflexo da lei de 1850 e do aumento do preço de escravos, com a abolição do tráfico em 1850 (Eusébio de Queiroz), o crédito tornou-se a parte mais importante da indústria cafeeira, mais, até mesmo, que a terra.



Nesse cenário, nasce o comissário, elo entre a plantação e a exportação. Ele será o principal ator na ressurreição da grande lavoura. O elo dinâmico entre os interesses comerciais e as necessidades de produção. Tendo como base a cidade, ele se irmana com o comerciante e mesmo o ensacador, possuindo interesses nem sempre coincidentes ao dos produtores.

Os banqueiros, sem acesso ao crédito, não podiam fazer pelos produtores o mesmo que os comissários, cuja avaliação de crédito do grande fazendeiro era feita por critérios unicamente pessoais. Os comissariados de Santos e Rio foram a mola propulsora da indústria do café.

Os comissários, que no início da produção cafeeira eram responsáveis pelo ensacamento e exportação do café, veem-se divorciados, principalmente em meados do século, os ensacadores e os interesses da exportação divorciarem-se dos seus. O divórcio entre comissário e o exportador terá profundas consequências na sociedade brasileira. Já em 1840, metade do comércio exportador pertence às firmas inglesas, que com o passar dos tempos, aumenta sua importância no fornecimento do crédito ao produtor brasileiro. Esse é o motivo para que mesmo com a produção indo em sua maior parte para os EUA, no final do século, os ingleses ainda possuíam posição superior ao Brasil. A presença inglesa não absorve o comissário e o produtor, mas lhe sobrepõe, ele finda o processo auferindo os lucros, juros, seguros, as comissões, os dividendos. Assim, o comissário torna-se dependente do exportador. Não só o setor exportador, o capital inglês era responsável pela viabilização das importações, tendo o comércio brasileiro papel de distribuição das importações. Com o capital financeiro controlando o setor de exportação-importação, o crédito estabilizava a economia brasileira, operando a consolidação do mercado interno e de setores industriais, ainda incipientes. Assim, o desenvolvimento brasileiro se pautou pelo capital financeiro e seus interesses.

O sistema dos comissários sofre uma reviravolta, pois se a princípio trabalham com capital próprio e vinculado ao tráfico de escravos com os corretores, em um momento posterior, convertidos em banqueiros. Os comissários, banqueiro provincial, financiam a produção em dupla modalidade: por caráter pessoal (ainda reinando a economia informal) ou a títulos hipotecários. Essa dívida do produtor é feita em letras

de prazo de 4 a 6 meses, que eram, posteriormente, descontadas diretamente no banco ou por meios bancários.

Esse sistema trouxe uma enorme expansão do crédito disponível à lavoura, principalmente quando da fundação de grandes casas bancárias, possuidora de farto crédito. Assim, a tutela dos comissariados sobre os produtores se estabeleceu, garantida pela lei de terras, e aperfeiçoada pela lei hipotecária de 1864. O crédito se expandia conforme a necessidade da lavoura. Com os Bancos, o crédito se emancipou do tráfico negreiro, apesar dos capitais ociosos deste alimentarem a expansão desenfreada do crédito bancário.

Já a agricultura do norte não viu o excedente financeiro ocioso do tráfico de escravos serem utilizados para o financiamento da lavoura. O preço do açúcar em plena decadência, assim como a oscilação do mercado internacional, deixou o produtor açucareiro à margem dos investimentos que nessa época banhavam a plantação cafeeira. A falta de solvência da indústria açucareira se acentuou com a lei Eusébio de Queiroz, com a carestia imoderada do preço dos escravos, agora em verdadeira diáspora para os mercados do sul. Essa insolvência obliterou toda a rentabilidade da empresa nordestina, e com a perda dos escravos sua principal garantia de crédito, a indústria açucareira voltada à exportação morre, sob o peso de seu principal ativo: a mão de obra escrava. Porém, partes da produção que restam em áreas de Pernambuco e Bahia se destinam agora para o mercado interno.

As sesmarias deixou, depois de extinta, a herança de um proprietário com sobras de terras, que não cultivava, nem permite que outrem as explore. Mantendo em sua circunscrição os pequenos proprietários (agora sem terras) e os lavradores que em troca de migalhas aumentam o prestígio dos grandes proprietários. Esses, por sua vez, veem seu brilho apagar, pois seu capital depredava-se em períodos de baixas, e sua situação passava de credor para a de devedor, com sua descendência terminando em cargos públicos, a origem da nobiliarquia insípida do império. Assim, o proprietário de terras do nordeste deixava de ser o centro de um sistema social secular.

As aspirações de livrar o agricultor da especulação crônica levada em frente pelos comissários, as casas de crédito, será concretizada pela lei bancária de 1888, do Visconde de Ouro Preto. Contudo, estabelece a autonomia da grande lavoura, apenas submete o crédito agrícola ao crédito mercantil. Com a criação do banco agrícola para o

crédito mercantil, o crédito do produtor era expandido baseado em apólices agrícolas, com dividendos de no máximo 8%, ao contrário dos 12% dos comissários, atrelando este aos dispositivos do Estado, o que na época foi visto como a conquista da independência da grande lavoura.

Nesses moldes sai o neomercantilismo brasileiro, moldado na doutrina liberal. Tudo se esperava do governo, o crédito, alavanca do processo econômico moderno, terá suas bases dominada pelo pré-requisito estamental, ou seja, pelo privilégio nascido na ordem hierárquica. O crédito agrícola, fundado sobre a lei hipotecária (1864), o mais importante instrumento de dinamização da economia, só poderia vir com ajuda do Estado, na fase de títulos hipotecários. Assim, o Estado, enquanto centro dinâmico da economia, regulava as importações, pela regulamentação das tarifas alfandegárias, e as exportações, pelas concessões. Logo, cabia a ele identificar em última instância, baseado em relações informais, quem seriam os agraciados com o enriquecimento promovido pelo Estado.

## **CAPÍTULO 3 – O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO**

### **3.1. Historia do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.**

O instituto histórico e geográfico brasileiro foi por meio século o principal centro de pensamento brasileiro relativo a história e a geografia. Ele está necessariamente relacionado a formação da nacionalidade e do nacionalismo, conceitos em voga na Europa daquela época, cujos principais teóricos influenciaram diretamente os escritos brasileiros. A história usufruía de importante papel na construção dos elementos identitários para a formação das nações.

A elite brasileira fora educada quase toda nas terras de Coimbra. A proibição de universidades na colonial fez com que os filhos de grandes proprietários e seus afilhados todos compartilhassem a mesma influência que a faculdade de Coimbra, mais especificamente a faculdade de direito, lhes proporcionava.

A despeito das singularidades locais, as elites das diversas regiões do Brasil possuíam uma formação intelectual e política comum, que os aproximavam dos reinóis, ao mesmo tempo tornando possível a existência de uma identidade entre elas e garantindo um traço de continuidade em relação à antiga metrópole.

Em 1838, o governo e a elite política brasileira estavam concentrados em fortalecer a nacionalidade brasileira. Para isso, medidas foram tomadas com o fortalecimento da Sociedade Auxiliadora da Indústria Brasileira (SAIN), a fundação do Colégio d. Pedro II, do arquivo público e do IHGB.

Idealizada em 1816, por Inácio Alves Pinto de Almeida, a SAIN só foi concretizada em 1827. Apesar do caráter privado, sua primeira mesa diretora foi designada por D. Pedro I. Compreendendo indústria em seu sentido *lato*, os integrantes da SAIN se preocupavam com a principal atividade econômica do país: a indústria açucareira. Ela procurava incentivar o aperfeiçoamento da agricultura, além dos ofícios, do comércio e da navegação no Brasil.

Ela não se estabelecia como organização propriamente política, mesmo seus integrantes sendo quase todos políticos. Sua natureza era mais técnico-científica, com vultosos recursos do erário público afluindo aos seus cofres. O seu corpo técnico

objetivava orientar governo sobre os investimentos e as novas técnicas, essencialmente desenvolvidas na Europa.

O ano de 1838 foi da fundação de instituições que tinha o objetivo de unificar a história brasileira a partir da organização de seus arquivos, Arquivo Público, e da escrita de sua história, o IHGB. A iniciativa de construção deste partiu do Cônego Januário da Cunha Barboza e do marechal Raimundo José da Cunha Mattos.

A sistematização da história brasileira tinha como objetivo a construção da memória nacional, ou seja, uma tentativa de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais. O passado serve para manter a coesão dos grupos e instituições que compõem uma sociedade.

Assim, a construção da história brasileira era política, visava elementos legitimadores do *status quo* e aqueles passíveis de darem subsídios aos projetos nacionais em desenvolvimento.

Os fundadores do IHGB compartilham determinadas características que lhes dão unidade: lealdade à casa de Bragança; apoio do ministro Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho; oposição ao ministro Bernardo de Vasconcellos; ocupação de cargos que propiciaram o contato com o governo, além da circulação pelo territorial nacional; interesses intelectuais precedentes. A facção áulica era predominante no instituto. A Expressão intelectual desse grupo que dominava o Paço fora a constituição do IHGB.

A facção áulica percebeu a fundação do IHGB como canal de difusão de suas ideias, uma forma de romper o ostracismo a que foram condenados aos serem alijados do poder. Eles viam a necessidade de construir um novo espaço na corte, aparentemente neutro, para facilitar o seu trânsito no governo. Ele era visto como uma fonte alternativa de historiografia ao Arquivo Imperial fundado pelo líder conservador, Bernardo de Vasconcellos.

Raymundo da Cunha Mattos (1776-1839), natural de Portugal, era um militar português que servira por dezenove anos na ilha de São Tomé, saindo de lá como comandante interino. Nesse período ele ocupou os cargos de furriel de artilharia, sargento-mor, procurador dos Feitos e provedor da Fazenda e Alfândega. Chegando ao Brasil em 1818, serviria em Pernambuco e, após a independência, em Goiás, para auxiliar no controle das desavenças regionais. De Goiás seria eleito deputado em 1826.

Contudo, seus interesses não eram somente militares. Em sua juventude no corpo militar havia cursado matemáticas puras aplicadas à artilharia, e sendo membro correspondente do Instituto Histórico de Paris, da Sociedade Bourbônica e da Academia Real de Ciências de Lisboa. Entre outros, escreveu *Corografia histórica da Província de Minas Gerais*, a *Corografia histórica da Província de Goiás*, o *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão* e o *Compêndio histórico das possessões de Portugal na África*. Como membro da SAIN, ele se preocupava com as condições impostas pelos britânicos para o fim do tráfico negreiro e a paralisação da indústria nacional.

Januário da Cunha Barboza (1780-1846) era uma importante figura política. Destacado pela sua eloquência e inteligência, o cônego nascido no Rio de Janeiro acabaria tornando-se o pregador da Capela Real nomeado por Dom Pedro I, em 1825. Possuidor de vasta cultura, ele foi professor de filosofia racional e moral, cujas discussões acerca de Kant e do idealismo alemão eram tópicos caros a ele, além de jornalista e importante maçom. Seu exercício no jornalismo foi o principal catalisador de sua ação política. Nomeado diretor da Tipografia nacional e redator do *Diário Fluminense*, cargo ocupado até 1837, acabou desalojado quando da ascensão de Pedro de Araújo Lima (futuro Visconde de Olinda) e com ele, de seu desafeto Bernardo de Vasconcellos. Assim como Raymundo da Cunha Mattos, era sócio correspondente do Instituto histórico de Paris.

A proposta do IHGB resumiria os interesses políticos e intelectuais de seus dois principais patrocinadores. Eles pretendiam desenvolver conhecimentos sólidos, com base rigorosamente científica, pautada pelos padrões da comunidade científica internacional. E teriam como fim último, a especialização e profissionalização do corpo burocrático qualificando-o para assumir a administração pública.

Grande parte dos membros fundadores era de indivíduos de origem urbana, descendentes de militares e funcionários públicos. Essa preponderância continuaria ao longo do período imperial. A carreira pública era, para muitos, uma das poucas alternativas de ascensão social ou, para aqueles vindos de famílias tradicionais com dificuldades econômicas, a forma de manutenção de certo padrão de vida.

Em seu discurso de inauguração, o Cônego Januário da Cunha Barboza previa que a história de um país com a dimensão do Brasil precisava ser unificado em um domínio central. Para isso, a proposta de criação do IHGB previa a ramificação do

instituto em outras províncias, além da participação de sócios correspondentes. Os trabalhos de cunho regionalista seriam publicados nos institutos regionais, enquanto os de interesse regionais na revista do instituto.

No dia 19 de Agosto de 1838 a proposta de criação do instituto é aprovada por unanimidade na Assembleia geral da SAIN. Escolhida a data de 21 de outubro de 1838 para a sua fundação, o IHGB em seu estatuto, no artigo primeiro, declarava ser o objetivo daquele: “coligir, metodizar, publicar ou arquivar documentos necessários para a história e geografia do Império do Brasil”; além de promover cursos nos “dois ramos filosóficos” ali representados.

Na inauguração do instituto estavam presentes 27 membros convidados, dos quais 22 diretamente ligados ao Estado. Além da presença de políticos e funcionários de carreira, a aproximação do IHGB com o governo se deu diretamente com a figura de D. Pedro II, estabelecendo esse como protetor do Instituto.

A participação de D. Pedro II no instituto não foi apenas perfumaria, mas ele esteve presente em mais de 500 sessões daquele instituto. Participava ativamente dos debates, indicando programas históricos e oferecendo prêmios a trabalhos significativos em determinadas áreas. Promoveu concursos, financiou expedições, doou documentos oficiais e determinou ao serviço diplomático no exterior que agisse ativamente em busca de documentos que concernia à história brasileira.

Se no início o IHGB contava com uma risória ajuda governamental, graças à ação de deputados em seu favor, e com a semestralidade de seus sócios correspondentes e efetivos, além da joia de entrada, esses recursos eram poucos para a manutenção. Contudo, com o apoio imperial as verbas do instituto começaram a aumentar, e, após cinco anos, as verbas do Estado imperial já representavam 75% do orçamento.

Assim, as relações do instituto com D. Pedro II eram, desde o início, próximas. Conforme o interesse intelectual do governante foi se consolidando e amadurecendo, assim como o prestígio de seu governo, o prestígio do IHGB aumentava proporcionalmente, pois o imperado cada vez mais se identificava a instituição.

Os integrantes tinha a missão concreta da construção de um povo através da história e da geografia. A nação se contrapunha a barbárie. Caberia ao IHGB e o monarca atuarem para a promoção do progresso brasileiro.

Na inauguração do busto de Januário da Cunha Barboza, em abril de 1848, os convidados somavam 400, e suas ocupações já mostravam a importância do instituto na vida política do país: havia ministros, conselheiros de Estado, senadores, deputados, grande parte do corpo diplomático e consular, médicos, advogados religiosos de todas as ordens, literatos de diversas nações.

Os laços entre dom Pedro II e o instituto só aumentavam. Em 1849 o entrelaçamento já alcançava intensidade substancial, e com a inauguração da nova sede do IHGB, em 1849, o imperador substituiu Januário da Cunha Barbosa como o principal animador das atividades. Esse ano representou um marco para o instituto, tanto que a data da comemoração de seu aniversário seria alterada para 15 de Dezembro, dia da inauguração da nova sede. Para Dom Pedro II essa era um marco das novas práticas, apesar do incrível trabalho de coleta e publicação de documentos, o imperador convocava os membros do instituto a produzirem trabalhos inéditos sobre a história do Brasil.

Dom Pedro II conjurava os membros do IHGB a cumprirem seu papel original: destacar os elementos que caracterizavam a unicidade e singularidade brasileira e situar o país dentro da civilização. O estudo da história, conforme as correntes predominantes da época, deveria ter papel fundamental na construção da identidade nacional.

Os membros do IHGB viam as suas atividades neste não apenas como oportunidade de criação da identidade nacional, mas, sobretudo, como fonte de reconhecimento e prestígio, para a legitimação de suas carreiras, e ganhar a benquerença do imperador.

O processo de aceitação do IHGB era muitas vezes demorado e seletivo. Os candidatos tinham de recorrer a um sócio efetivo que, como responsável pela indicação, encaminharia a proposta à comissão de História ou justiça. A comissão manufaturaria o parecer a ser encaminhado pela mesa. Uma vez recebido, era realizada eleição por voto secreto, para o nome ser levado finalmente à assembleia geral. Para se tornar sócio efetivo era necessário esperar uma das 50 vagas e disputá-las com os inúmeros sócios correspondentes, jogo cujas relações pessoais e o prestígio eram determinantes. Assim, participar nesse dileto grupo era um verdadeiro desafio, pois a renovação das cadeiras era lenta e controlada.



O plano de trabalho dos membros do instituto não se bastava a escrever a história do Brasil, mas também a analisar, criticar e validar os demais trabalhos produzidos sobre o Brasil, em suas áreas de especialização. Assim, a construção da história não era apenas vista de forma positiva, mas também negativamente, ou seja, pelo desprestígio de trabalhos que não corroborassem os métodos e ideais do Instituto. O nacionalismo oficial restava garantido, por esse processo de revisão.

O primeiro estatuto do instituto não exigia dos candidatos a comprovação de realizações de trabalhos na área pretendida. Assim, esse processo era dominado somente por questões de relações pessoais. Assim, o IHGB era pautado por forte conotação de sociedade de corte. Nos moldes das academias francesas do século XVIII. Seus membros deveriam dispor de meios para a consecução de vida prestigiosa e, claro, pautar-se por determinadas condutas sociais. Conceitos com de civilidade, coragem, determinação, honra, prestígio, comprometimento com a verdade e com a pátria era caros aos formuladores do IHGB.

Durante o império, no instituto reinava uma firme hierarquia. Seu presidente honorário durante todo esse período foi Dom Pedro II. Seus presidentes eram distintos por serem respeitados políticos, e, gozando de grande prestígio, três deles foram nobilitados pelo imperador. Os presidentes do IHGB foram quatro: José Feliciano Fernandes Pinheiro (criador das faculdades de Direito e de Olinda, pelo decreto datado de 11 de Agosto de 1827, quando era ministro da Justiça); Cândido José de Araújo Vianna (Ministro da Fazenda, Ministro da Justiça, Conselheiro de Estado, Deputado Geral, Presidente de Província e Senador), Luís Pedreira do Couto Ferraz (Deputado Geral, Presidente de Província, Conselheiro de Estado e Senador); e Joaquim Norberto de Souza e Silva (escritor da *História da Conjuração Mineira*). As vagas de secretários e oradores cabiam àqueles adentrados por méritos acadêmicos. Vale ressaltar que a presidência tinha caráter meramente decorativo, abrindo sessões ou lendo atas, com os secretários fazendo a parte administrativa mais densa. Assim, a divisão do trabalho era feita pela parte intelectual, desenvolvida essencialmente pelos secretários, enquanto a parte política ficava a cargo dos presidentes, sem descontar, obviamente, o papel de Dom Pedro II, intensificado em um segundo momento da vida do IHGB.

As quatro comissões existentes, a saber, de História, Geografia, Fundos e de Redação da Revista, eram formadas por um diretor e outros dois membros. Às

comissões de geografia e história cabiam os pareceres sobre trabalhos e documentos entregues ao instituto, assim como a avaliação de candidaturas para suas respectivas áreas.

Entre as mudanças mais significativas dos novos estatutos estavam a inclusão dos trabalhos nas áreas de etnografia e arqueologia. Criou-se comissão dedicada exclusivamente a estes campos, e uma parte da Revista do Instituto foi reservada para tratar desses temas.

A fundação da nova sede do instituto trouxe grandes mudanças. Uma das mais significativas foi a mudança da inscrição em sua capa da frase “fundado sob os auspícios da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional” para “fundado no Rio de Janeiro debaixo da imediata proteção de S.M.I.D. Pedro II”.

Os estatutos de 1851 pretendiam acentuar o profissionalismo do instituto, sendo assim, novos critérios de admissibilidade foram estabelecidos. Criou-se a comissão de admissão de sócios, e o requisito de o candidato apresentar prova de capacidade intelectual nos campos de história, geografia ou etnografia, por meio de trabalho próprio inédito ou já publicado. Mesmo os candidatos a sócios correspondentes necessitavam preencher esse requisito, além da doação de obra de interesse sobre o Brasil ou a América em geral, ou ainda um presente importante para o museu.

Além dos sócios efetivos e honorários, e dos correspondentes, foi criada a posição de presidentes honorários, reservada aos príncipes da família Imperial brasileira ou suas congêneres estrangeiras, com quem o instituto pretendesse estabelecer relações.

Até a década de 1870, o IHGB possuía o monopólio da legitimidade de escrita da história nacional. Era a única e legítima instância para escrever a história do Brasil. A partir de 1870, outras instâncias começaram a ser criadas ou antigas renovadas: como as prestigiosas Escolas de direito de Olinda e Rio de Janeiro, Escola Politécnica, Academia militar do Rio de Janeiro, e as escolas de medicina da Bahia e Rio de Janeiro.

A revista do IHGB era o veículo de divulgação das ideias deste. Com seu primeiro número publicado em 1839, ela já era prevista no primeiro estatuto, elaborado em 1838, e cujo conteúdo seria o resultado do trabalho do instituto, com a divulgação de documentos coligidos, e, mais importante, após 1851, a propagação das ideias originais do instituto, em todos os cantões brasileiros.

Publicado um volume anualmente, ela passaria a ser editada em dois volumes anualmente, a partir de 1864, sendo o primeiro dedicado a coleção de documentos, e o segundo, à publicação de material inédito da cepa dos intelectuais do instituto. Contudo, essa regra não foi sempre respeitada.

À comissão de Estatutos e Redação da Revista cabia a responsabilidade pelo processo de redação, impressão e distribuição da revista trimestral, todo o processo comandado do primeiro secretário, Januário da Cunha Barboza sendo o primeiro a ocupar esse cargo. Os documentos, memórias e os artigos sobre história, geografia, e, posteriormente, sobre etnografia, eram enviados a comissão, junto com pareceres das respectivas comissões temáticas, para a publicação.

A seleção do material era feita sob duas óticas: uma política, para evitar possíveis constrangimentos que incorressem em agravos na imagem política do instituto; o outro critério era acadêmico, com a exclusão de trabalhos considerados pouco relevantes ou sem o rigor científico conjurado pelos intelectuais do instituto.

Também na revista eram publicadas biografias de brasileiros considerados pelo instituto distintos, seja por armas, letras ou virtudes, que em sua grande maioria se reduziam a perfis de integrantes manufaturados por outros, e que conforme a sua importância ganhavam maior número de trabalhos dedicados a eles. Além da evidente autopromoção, essa prática devia-se a concepção dos exemplos morais de líderes notáveis como saudáveis às gerações futuras.

### **3.2. A historiografia no IHGB**

A *intelligentsia* brasileira, concentrada em grande parte do segundo reinado no IHGB, estava em constante contato com os debates científicos na Europa. A escrita da história na Europa no século XIX se concentrava em volta do discurso nacionalista. Além das claras motivações políticas, o IHGB se reuniu com a sincera intenção de analisar as origens comuns, as características próprias e o papel brasileiro dentro da civilização ocidental.

O séc. XIX foi caracterizado pelo devir histórico, ou seja, o passado e o presente se coadunavam como elementos essenciais para pensar o futuro. A ideia de nação era elemento chave, pois a construção dos Estados-nações, e seu substrato nacionalista,

estava a todo vapor nesse período. Corroborando esse ideário europeu, os integrantes do IHGB procuravam articular o conhecimento regional disperso no Brasil com elementos geográficos, realizando uma síntese que permitisse a construção de uma história nacional, e, mais que isso, legitimar o governo imperial centralizado.

A historiografia na Europa tinha como corrente influente nesse período as ideias de Vico e Heder, e próximas ao historicismo. Para Vico a história era a disposição de estágios sucessivos da organização e consciência social. Por isso, ela devia ser sistematicamente estudada, em seus caracteres individuais, para a sua exata compreensão. Essa forma de pensar a escrita da história irá influenciar decididamente os integrantes do IHGB. Nesse sentido, ela se distanciava dos ideais universalistas do iluminismo Frances, e cravavam as particularidades da construção histórica de cada nação.

*Monumenta Gernaniae histórica*, edição crítica de vários documentos que diziam respeito à história alemã. Promovido pela “Sociedade para o Estudo da história Alemã Antiga”. Procurava fontes históricas inéditas para a construção de um passado comum alemão.

Inspirados no modelo alemão, que se reproduzia em outros países europeus, o IHGB buscava, em um primeiro momento, focar suas atenções a **compilação, divulgação e organização** de documentos acerca da história brasileira. Eles serviriam para, em um segundo momento, a escrita da história brasileira. Esses trabalhos deveriam ser fundamentados nos mais rígidos e modernos padrões epistemológicos desenvolvidos na Europa.

No primeiro volume da Revista, Januário Da Cunha Barboza publicava a “*Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e geográfico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro*”. Nesse documento, Cunha Barboza dava as diretrizes da forma de trabalho abraçada pelo IHGB. Com uma lista dividida entre a parte histórica, geográfica e elementos relativos a SAIN, ainda auferido estreitos laços com o instituto, ele explicitava os tipos de conteúdos de interesse do instituto em cada uma das áreas. Deste documento vale destacar a distinção entre história, de certa forma ampliada, por acolher a denominada história natural, e da geografia, restrita a sistematização de conhecimentos relativos à natureza.

Outro aspecto interessante do documento manuscrito por Barboza era sua definição de Brasileiros. A adjetivação “brasileiro” era utilizada de forma ampla, designando inclusive pessoas nascidas em outros países, inclusive por reflexo da própria constituição do IHGB, que entre os 27 de seus sócios fundadores, 8, inclusive Raimundo José da Cunha Mattos, um de seus elaboradores, não eram originários do território brasileiro. Esse elemento, inicialmente consensual, se tornará objeto de disputa em um segundo momento.

O marechal Raimundo José da Cunha Mattos, em trabalho intitulado “*Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do Império*”, descreve os aspectos metodológicos adotados pelo instituto na escrita da história. Esta deveria se resumir a exposição ampla e rigorosa dos fatos, subsidiada pela rigorosa seleção de documentos. A ordem deveria ser harmônica e coerentemente encadeada. E o estilo da escrita era elemento essencial para tornar a historiografia agradável à leitura, tendo em vista esta ser um instrumento para o aprimoramento da sociedade e das instituições, e, por isso, dever ela alcançar a máxima extensão de leitores possíveis.

Januário da Cunha Barboza corroborava as ideias de Cunha Mattos. Porém, ampliando a elaboração desse, ele acreditava no papel explicativo que o historiador deveria adotar. Assim, a filosofia da história era o sistema epistemológico adotado por Januário, e nele a interpretação que explicitassem os significados mais profundos dos eventos deveria ser elaborada tendo em vista o papel da crítica, focada na objetividade dos fatos relatados, e no papel pragmático da história, como suporte de conhecimento para o desenvolvimento moral dos indivíduos.

Os documentos priorizados pelos pensadores do instituto, em um primeiro momento, eram as fontes oficiais. Os monumentos e inscrições abertas em lâminas metálicas, os diplomas legislativos, as cartas imperiais ou régias, os regulamentos ou regimentos etc. Ainda esses deviam passar por análises paleográficas e cronológicas para garantir sua autenticidade. A documentação escrita produzida pelos Estados brasileiro e português era assim a fonte primordial de escrita da história nacional defendida por esses integrantes. Elas serviam de fonte para a construção da nação brasileira.

A periodização da história brasileira era elemento em que os dois ideários do IHGB se desentendiam, algo relacionado à ideia da própria nação brasileira. Se Cunha

Barboza dividia a história brasileira apenas em duas grandes partes, a saber, a História Antiga, hoje nomeado de período colonial, e a História moderna, a partir da independência, Cunha Mattos destacava a existência de três períodos: o aborígene, o colonial e o soberano. Essa última concepção corroborava a ideia da nação brasileira atemporal, delimitada nos acidentes naturais que constituíam o território brasileiro, pelo menos aquele defendido pelos cultivadores do imaginário da “Ilha-Brasil”.

No “*Programa: quais os meios de que se de lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos à História e Geografia do Brasil?*”, Rodrigo de Souza e Silva Pontes trás uma nova abordagem metodológica dos trabalhos do instituto. Essa crítica surge do reconhecimento do papel imenso que os fundadores do instituto se atribuíram. Em relação à história, não se limitavam a estudar os acontecimentos políticos do Estado, mas as próprias mudanças pelas quais o “espírito humano” se transfigura. À geografia era conceitualizada como a sistematização de todos os elementos relativos à natureza, como consequência, nada se desarvorava da narrativa dos geógrafos.

Tendo essa hercúlea tarefa, o IHGB deveria criar uma divisão do trabalho em temas e cronologicamente, para que a concentração do trabalho se dispersasse entre vários estudiosos, o que na mão de apenas um transformava a missão em algo inconcretizável. Ele também salientava a necessidade de ampliar as bases de fontes fidedignas, e não se limitar apenas a dados oficiais, mas investir nas chamadas “viagens arqueológicas”, expedições científicas ao interior do país, além de espaços físicos, documentos de cartório e tradições orais, algo essencial em eventos históricos cujo Estado não participou o teve participação apenas parcial.

O IHGB tinha como uma das suas principais preocupações a participação da comunidade acadêmica internacional. Para isso, a historiografia científica era método obrigatório aos seus integrantes. Os institutos congêneres na Europa eram importantes referências para o IHGB, principalmente o Instituto Histórico de Paris. Com este havia intensa troca de correspondência, das respectivas revistas e a inclusão de temas brasileiros em debates. Ele, em última instância, era instância legitimadora, para da voz global a historiografia que se produzia no Brasil, além de fornecer os parâmetros dos trabalhos desenvolvidos no instituto brasileiro.

A participação na “república das letras” foi um objetivo recorrentemente almejado pelos integrantes do IHGB, seja por ainda serem uma camada de intelectuais ainda sem a robustez conceitual/metodológica de seus pares europeus, seja por motivos históricos, tendo em vista sua recente descolonização. Assim, além do Instituto histórico de Paris, o IHGB estabeleceu relações próximas com a Sociedade Real dos Antiquários do Norte, sediada em Compenhague, e com a Academia de Ciência de Lisboa, já refletindo uma aproximação geral dos governos desses países. O contato com os acadêmicos europeus também se desenvolveu com a participação em simpósio: *Congresso de Ciências Históricas, Congresso Arqueológico e Histórico de Antuérpia (1866)*, o *Americanistas de Luxemburgo (1878)*, e ao de *Ciências Históricas de Veneza (1881)*.

Os pensadores brasileiros na tentativa de identificar as características próprias à nação brasileira, em um primeiro momento se contrapôs a América-espanhola. Aos olhos da elite brasileira, os seus vizinhos de língua espanhola tinham na república e no caudilhismo militar duas características catastróficas, o que explicava as lutas intestinas nesses países e suas rupturas, que tendiam a fragmentação dos territórios nacionais. O Império brasileiro, ao contrário, tinha herdado o compromisso civilizador dos portugueses, não sendo o processo de independência uma ruptura com o passado colonial, e sua forma governativa era o pilar da instabilidade e tranquilidade nacionais.

O Brasil nascia como um país ligado a Europa, por hereditariedade da sua sociedade branca, com o objetivo de civilizar os trópicos. A monarquia e a língua portuguesa eram dois obstáculos que evitavam a integração com os demais países sul-americanos.

Com laços estreitos na política, diretamente apoiada por Aureliano Coutinho e seus notáveis presidentes, e defensor das pautas da centralização, da monarquia e da integridade territorial, assuntos recentes que pudessem gerar qualquer forma de constrangimento eram evitados. Afinal, alguns de seus próprios integrantes estavam envolvidos com as questões das revoltas regionais, e os anos 40 ainda era uma época particularmente conturbada; o início do processo centralizador.

Não se predispondo a publicar possíveis documentos que embaraçassem agentes ainda vivos, o IHGB criou a “Arca do Sigilo” onde documentos doados ao instituto que tratassem de movimentos insurrecionais ou eventos similares, para não serem

descartados, eram depositados, esperando até ter azo propício. A partir dos anos 1850, com a estabilidade política e a prosperidade econômica do império, esses documentos começaram a ser publicados pela revista.

Outro motivo para vetar propostas de escrita de eventos contemporâneos estavam relacionados a objetividade e imparcialidade que a escrita da história necessitava; conforme defendido pela historiografia do século XIX. Assim, o distanciamento entre o pesquisador e seu objeto de estudo era elemento essencial, para que juízos parciais de um cidadão interessado não obscurecessem a necessária neutralidade da filosofia histórica.

O período colonial se tornou o período preferido para as dissertações históricas do IHGB. Entendido, por muitos, como o início da civilização brasileira, o passado colonial era estudado com viés que tentava unificar a experiência das diversas províncias nesse período. Elemento de vultoso destaque como parte dessa experiência compartilhada foi a ação dos agentes do Estado português. Diversos documentos oficiais foram compilados e publicados na Revista do instituto, entre eles, correspondência de governadores, donatários e religiosos. Entre as ordens religiosas, a atividade dos jesuítas foi especialmente tratada na revista.

Se a memória coletiva é elemento essencial para a construção de laços comuns entre nacionais, ela não se constrói apenas de forma positiva, ou seja, pela descrição e reconstrução dos fatos históricos que conjurados lembram o passado comum de uma determinada coletividade. Mais do que isso, o caráter negativo da memória também acaba por serem elementos essenciais na construção dessa identidade nacional. Contudo, o IHGB alienava propositalmente de sua revista eventos que desabonava o passado da nação civilizadora europeia ou em que pudesse comprometer os laços nacionais dos cidadãos, como a separação por motivos administrativos do Estado do Grão Pará e Maranhão do Estado do Brasil.

Os personagens individuais eram apresentados em uma seção específica. O parâmetro para a escolha dos biografados era serem personagens com destaque na história brasileira. Entre os biografados havia mulheres, negros e índios, além de indivíduos de outra nacionalidade vistos como personagens importantes para o desenvolvimento do projeto “Brasil.”. Esse espaço era utilizado mesmo para



desmistificar determinados atores, seja pelo “biógrafo” não acreditar em sua existência, seja para reavaliar sua trajetória e atos.

A escrita de uma história geral do Brasil era discutida desde o princípio do IHGB. Ressaltando a impossibilidade dessa empreitada, Cunha Mattos afirmava ser necessária antes, a formação de robusto arquivo de documentos que sustentassem a investida e a crítica da bibliografia existente.

Vendo as dificuldades da imensa empreitada da escrita de uma história geral do Brasil, a mesa diretora do IHGB lança concurso visando escolher o melhor projeto para a realização desse fardo. Após sete anos da abertura do concurso foi anunciado o vencedor: Karl Friedrich Philipp Von Martius, com o seu “como se deve escrever a história do Brasil”.

Naturalista originário da Baviera, Von Matius veio ao Brasil para o casamento de Dom Pedro I com dona Maria Leopoldina. Publicou um trabalho sobre a fauna brasileiro “*flora Brasiliensis*”, estudou doenças e a organização das comunidades indígenas. Conceituado conhecedor das “cousas” brasileiras foi um dos sócios correspondentes fundadores do IHGB, habitando em Munique.

Em seu estudo aprovado pelo IHGB, o naturalista alemão afirmava ser a individualidade da nação brasileira oriunda da composição social desta, com indígenas, negros e brancos convivendo em relações mútuas, uma mescla que compunha a identidade racial. Porém, cada uma dessas raças corresponderam de formas distintas para a construção da identidade nacional: os portugueses eram a força motriz, os garantidores morais e físicos da independência do império, logo esta estirpe era o motor da civilização nacional; os índios e negros, apesar de menos relevantes, também contribuíram para o desenvolvimento físico, moral e civil do conjunto populacional.

Para Von Matius, a história filosófica deveria analisar o Brasil da perspectiva da miscigenação, ela deveria ser o eixo metodológico para a elaboração da história do Brasil. Com isso, era necessário o estudo dessas três raças separadamente, dividindo sua história em três períodos, a saber, anterior ao contato, o momento do contato, e a dinâmica relacional posterior.

O primeiro foco de estudos segundo o esquema do alemão seriam os indígenas. Partindo da concepção de serem as populações autóctones habitantes do território

brasileiro resquícios de uma antiga civilização, agora degenerada, cujo Tupi outrora representava a língua dessa civilização, Von Matius propunha estudos etnográficos, baseado na observação e estudo da língua. O estudo etnográfico, através de mitos, religião e línguas, permitiria a compreensão das particularidades e origens do homem indígena. Ele também enfatizava a necessidade de estudos comparativos entre as populações indígenas que habitavam o território brasileiro e aquelas de outros lugares, para entender as suas especificidades.

A segunda parte seria o estudo dos portugueses. O seu império ultramarino, a lógica do comércio internacional nos séculos XV e XVI, no qual se inseria a colonização brasileira, a legislação lusitana, principalmente a organização administrativa portuguesa e as relações eclesiásticas e monacais, essenciais no processo de colonização, principalmente pela ideia de civilização dos costumes dos habitantes da colônia, portugueses, indígenas ou negros.

Entre os papéis dos portugueses, Von Matius ainda destacava o papel das “entradas” no interior brasileiro. Liderada pelos bandeirantes, esse movimento de interiorização fora essencial para a manutenção do conhecido “espírito aventureiro” dos portugueses, para a ampliação do território brasileiro, legitimando em certa medida o tratado de Madri e o *UTI possidetis*, e para a descoberta de novas riquezas, entre elas o ouro.

Em relação aos negros, o naturalista discorre brevemente. Ele diz ser necessário estudar os costumes, as opiniões civis, seus conhecimentos naturais, preconceitos e supertições, etc. Apesar da brevidade, ele destaca uma importante nova concepção ao admitir que o processo de colonização não gerava um fluxo unilateral metrópole-colônia, mas sim uma dinâmica bilateral, cujos dois corpos se influenciam mutuamente, embora em medidas distintas. Com isso, ele apontava a necessidade de analisar as relações entre portugueses e o comércio africano antes da descoberta do Brasil, para investigar em que medida esse processo influenciou os portugueses.

### **3.3. A concepção do povo brasileiro**

A consciência de o Brasil ter conquistado sua soberania, mas não ter sido capaz de fundar uma nação, estava disseminado entre os intelectuais da época. O Brasil era um país sem povo. Os historiadores junto com os literatos se juntaram na tentativa de

reconstrução da história comum da nação, sendo os primeiros ocupados com a descrição dos processos históricos, e, os segundo, responsáveis pela construção dos valores brasileiros, por escrutinar o “espírito” brasileiro. Os intelectuais, sejam historiadores ou literatos, escolheram a natureza e a população para procurar o “brasileiro”. Visto como o resultado da mescla entre três raças, o índio e os portugueses foram ressaltados nos trabalhos desse período, já ao negro restava o papel de degenerador dos bons costumes e da civilização brasileira.

A compreensão da colonização portuguesa das terras brasileiras era essencial para entender a nova nação. Os integrantes do IHGB em geral viam essa como errática e muitas vezes oriunda da má-fé. Visconde de São Leopoldo, já no primeiro Tomo da Revista, acusava a colonização despótica dos portugueses, com a proibição de indústrias, faculdades e gráficas no território nacional. Fruto da própria insegurança da metrópole, diante da imensidão do país, qualquer iniciativa nesse sentido era atribuída a ações de particulares.

Derivada do determinismo geográfico de Victor Cousin, o Visconde de São Leopoldo se apropriava desse conceito para pintar as maravilhas naturais brasileiras como elementos que subsidiariam a grandeza destinada ao Brasil. Contudo, sabedor de que a teoria do filósofo francês se aplicava ao território europeu, ele a distorceu para se aplicar as particularidades da natureza brasileira. Ressaltando seu clima, considerado por aquele demasiadamente quente, seus portos naturais, o presidente do IHGB tentaria aproximar a natureza do Brasil à europeia.

O atraso brasileiro era explicado pelo despotismo português, atribuído ao histórico atraso intelectual daquele povo. A mesquinhez da colonização brasileira fora superada pelos recursos naturais desse país, logo a sua necessária grandeza o forçaria a se tornar polo civilizador do continente americano.

Caetano Alves de Sousa Filgueiras, em seu estudo “Reflexões sobre as primeiras épocas da história do Brasil em geral e sobre a instituição das capitanias em particular”, destacava outro fator para o relativo atraso da colônia: a total alienação que sofreu em seu período inicial dos colonos portugueses. Assoberbados pelas riquezas advindas das índias orientais e pautados pela experiência que os guiava na conquista fácil da riqueza, os portugueses não soberam avaliar as verdadeiras potencialidade do território ocupados

por eles. As riquezas fáceis conquistadas nas aventuras ao oriente impediam os colonizadores de investir capital, trabalho e mesmo vidas em sua colônia ocidental.

O conceito de *terra nullius* servia para legitimar as posses dos colonizadores europeus em territórios considerados ignotos e não necessariamente inabitados, mas que o fator autóctone em teoria não apresentasse resistência. Daí entendido os conceitos de descoberta e apossamento daquela terra. Porém, o apossamento necessitava ocupação *de facto* ou mesmo presumida do território. Sendo o território brasileiro ignorado em seus primeiros anos pelos colonizadores, o conceito de *terra derelicta* surgia como elemento jurídico para justificar a ocupação por outras nações das terras americanas.

Visto que a legitimidade sobre o seu domínio estava se apagando, os colonizadores sentiram a necessidade de lançarem sua atenção à essas terras. O primeiro movimento não foi planejado *a priori*, mas levado a cabo pelas necessidades decorrentes dos fatos. Assim, esquadras foram enviadas para purgar o território brasileiro de seus invasores. Iniciativa cara para manter imensa área conquistada, cujos proveitos econômicos não existiam, foi necessário planejar a ocupação desse imenso território. Tendo seus cofres vazios, as capitanias surgiram como um sistema da administração conveniente à coroa. Vista como o único meio possível para o início da colonização, Filgueiras defendia esse sistema de colonização.

Porém, sua visão não era unânime no IHGB. Fernandes Pinheiro, ao contrário, fazia duras críticas ao sistema das capitanias, e, mais amplamente, a todo o sistema colonial português, o qual ele afirmava inexistir. Apontada como fruto da casuística que perdurou durante todo o período colonial brasileiro, as capitanias erma vista por pinheiro como incompatível com o tamanho do território a dominar e com a distância que separava a metrópole. Louvando sua breve duração, ele afirmava que seu possível sucesso levaria a introdução de um sistema feudal no Brasil.

Conjugando a crítica com o projeto centralizador, defendido pelo IHGB, Pinheiro critica duramente as capitanias como uma espécie de semente do ímpeto descentralizador das províncias imperiais. Atitude louvada foi s instituição do Governo Geral, com a ampliação da intervenção da metrópole na colônia, predizendo o advento do governo central brasileiro.

Assim como o próprio Estado português era mal visto em geral pelos integrantes do IHGB, o homem comum não foi poupado de suas duras penas. Os colonos portugueses tiveram suas ações retratadas como marcadas pela ânsia pelo rápido enriquecimento, o que acabou desaguando no contato violento entre os colonos e as populações autóctones. Duramente criticados e denunciados por suas ações de extermínio da população indígena, aos colonos portugueses era atribuída a responsabilidade pela alienação do índio do sistema da lavoura e sua própria incorporação na sociedade.

O próprio Januário da Cunha Barboza só ausentava de suas críticas alguns membros da realeza, o papa e os jesuítas, visto com bons olhos por ele devido ao seu papel na catequização dos índios. Os moradores, governadores e até mesmo parte do corpo eclesiástico eram duramente criticados pelo Cônego, pelas suas atitudes incivilizadas, unicamente motivadas pela desmedida ambição, resoando as duras críticas do padre Antônio Vieira.

O uso de degredados de todo o império português para a colonização das terras brasileiras foi utilizado amplamente e de forma recorrente até a época da independência brasileira. Esse tópico estava entre os mais polêmicos dentre os membros do IHGB. Certa parte desses afirmava ser esse um mal de origem da formação social brasileira, precursor de inúmeros vícios inerentes ao caráter nacional. Outra corrente se concentrava em desmentir essa opinião, destacando serem os degredos criminosos de pequenos delitos, ou vítimas de rigorosos juízes, que o tempo dá azo para a sua regeneração.

Gonçalves Dias foi um dos mais eloquentes da corrente que associava os degredados com os problemas sociais brasileiros. Ele associava esses com o espírito de dissolução que atormentava a colônia. A desproporção entre tais indivíduos e os colonos voluntários eram, segundo Dias, imensa, por isso os vícios desses baixos espíritos suplantavam em muito as virtudes dos melhores povoadores. Nem mesmo os indígenas escapavam dos malefícios de tamanha malta. Vistos como causadores da bancarrota geral dos indígenas, pois, quando associados, a população indígena adquiria novas formas de destruição, enquanto os degredados absorviam novas formas de barbárie.

Marcondes Homem de Mello fazia o contraponto a Gonçalves Dias. Afirmava ser os degredados elemento essencial para a povoação do território brasileiro. Esses

indivíduos, para Homem Mello, eram acima de tudo vítimas de leis draconianas e juízes ávidos de condenações. Os dispositivos legais portugueses eram destacados pela sua extravagância, com os delitos de sodomia, alcovitice, feitiçaria, uso de oráculos etc., sendo aplicados de forma desordenada, com rigor excessivo e desproporcionalmente.

Apesar de reconhecer os vícios deletérios que a instituição do degredo trouxe à terra pátria, Homem Mello destacava o meio brasileiro como passível de purificar as maldades dos baixos espíritos. Além disso, os vícios que em seu tempo obscureciam o futuro grandioso, não poderiam ser os mesmos que outrora desembarcaram nos portos da colônia com os degredados.

A miscigenação não era vista pelos intelectuais como um elemento nocivo da nação. O mestiço era visto como importante para o aumento da população e como mão de obra.

A ocupação territorial era um problema que remontava ao início da colonização. Joaquim Machado de Oliveira via o incentivo à miscigenação como estratégia colonizadora eficiente. O casamento entre brancos e indígenas era estimulado pelo governo desde o início da colonização, principalmente pela falta de mulheres na colônia.

Outra estratégia utilizada na colônia que incentivou a miscigenação foi a manutenção de relações entre os índios e os escravos, no intuito de aumentar a mão de obra, sem precisar investir os vultosos gastos necessários na compra de negros africanos.

Em seu início, a questão da miscigenação era vista como elemento menor no cenário brasileiro, muitas vezes vista apenas como um fato consumado, sem maiores reflexões ou problematizações. Contudo, com o fortalecimento das teorias raciais, a reflexão sobre o quadro brasileiro seria direcionada em novo enquadramento.

O racismo altera a visão monogenista da humanidade, cujo conceito da origem da humanidade apresentava uma única fonte e, por conseguinte, potencialidades de certa forma homogêneas de toda a humanidade, para uma nova visão: a poligenia. Essa caracterizava que as diversas raças humanas tinham origens em lugares distintos, e, com isso, cada raça possuiria hereditariedades genéticas particulares, que se perpetuavam no decorrer histórico.

O conde Gobineau, naturalista e pessimista, teve especial aceitação no Brasil, e via a miscigenação como um traço essencialmente deletério dessa sociedade. Racialista notória, ele via o Rio de Janeiro e suas inúmeras barbáries como o maior exemplo do efeito dessa aclamada miscigenação.

No IHGB, os apontamentos da miscigenação como deletéria não encontrariam abrigo público. José Vieira Couto de Magalhães, em seu interessante “*Ensaio de antropologia região e raças selvagens*”, discriminava três grupos de índios baseado em seus fenótipos para justificar a tese de que a miscigenação não vinha da chegada dos portugueses, mais remontava há tempos a muito idos. Divididos entre escuros/grandes, claros/estatura moderada e claros/estatura pequena, ele caracterizava as diferenças dessas raças, sendo a primeira (os abaunas) uma raça pura, pela constância de seus caracteres, e as duas últimas (os abajus) frutos da mestiçagem; mais poderosos e inteligentes.

O sucesso da colonização do “grande sertão” dependia da miscigenação. Presumindo a superioridade da raça branca, Couto de Magalhães acreditava que a miscigenação era essencial no intuito de confluir características da população branca e indígena, cujo tempo acabaria por criar indivíduos com maior capacidade intelectual e mais adaptabilidade ao clima brasileiro. Ele acreditava que com o tempo a população brasileira se branquearia, pois o grande reservatório populacional dessa era a Europa, uma vez que a importação dos negros cessaria, e os indígenas seriam diluídos pelo sangue forte europeu.

A questão indígena foi um tópico abordado recorrentemente em todo o império. A seção de Etnologia do instituto foi criada pela preocupação com esse tema, mais especificamente com a organização social, os mitos e a religiosidade das populações autóctones brasileiras.

A questão indígena era importante, pois sendo Portugal um país diminuto, a questão de popular a colônia não poderia passar apenas pelo extravio de degredados para o Brasil. Assim, a população indígena era vista de ponto de vista utilitarista: civilizando essa parte da população, que ocupava a maior parte do terreno, ela seria fonte de trabalho integrada a sociedade.

Januário da Cunha Barboza inaugura o tema da mão de obra indígena. Esse defendia que para converter os índios do estado nômade em que viviam para o pastoril e a agricultura era necessário convertê-los ao cristianismo e criar necessidades neles, com isso, os impelindo ao comércio. Além disso, o cônego tentava desmistificar a ideia do índio como um ser inerentemente preguiçoso e inapto para o trabalho, afinal eram *filhos da natureza*, mas defendia ser possível introduzir o índio na sociedade. Para isso, era necessário respeitar os contratos, travar comunicações civilizadoras, e incentivar comércio vantajoso com as populações autóctones.

Os jesuítas tiveram importante destaque na revista do IHGB. Eles eram apresentados como essenciais para o processo de civilização dos indígenas, com um projeto sistemático de inserção dessas populações na sociedade cristã ocidental. Foram eles que lutaram contra a escravização dos autóctones, contudo, críticas eram feitas a eles, principalmente pela aspereza no trato, impondo aos indígenas trabalhos próximos a servidão.

Gonçalves dias via a participação jesuítica nos primeiros tempos como elemento moralizador. Diante de uma população cheia de vícios, cujos estados moral e religioso tinham se perdido em meio à desordem e corrupção, os jesuítas foram o elemento chave no processo de moralização da colônia em seus anos iniciais. Contudo, a estratégia de isolamento das populações indígenas era parcialmente criticada por ele, pois, se atrapalhava a integração dos portugueses com os nativos, dificultando o processo de povoamento, era meritória, devido à preocupação com o alastramento da corrupção generalizada que reinava na colônia.

Saber se o indígena estava em processo de decadência ou progresso era primordial, pois, dependendo, o processo de civilização podia ser bem sucedido ou estar malfadado ao fracasso. Por isso, estudar a língua, os mitos e a religião indígena era essencial para compreender em qual estado da evolução humana as populações autóctones se encontravam.

Os índios brasileiros eram percebidos, em geral, como degenerados ou mesmo imaturos, ou seja, não estavam em seu estado final de desenvolvimento. Porém, essa ideia não era sustentada por todos no IHGB. Joaquim Norberto de Souza Silva, por exemplo, não achava possível responder objetivamente se os índios eram mais evoluídos ou decadentes que seus ancestrais. A única certeza, baseada na tradição oral



das tribos, era sua descendência de uma civilização indígena comum. E com o decorrer do tempo, as diversas tribos se desenvolveram de formas distintas, acreditando ele existirem bárbaros entre os próprios bárbaros.

Januário da Cunha Barboza já no primeiro tomo da revista do IHGB revelava a sua repulsa a instituição da escravidão. Essa estava associada aos comportamentos mais desumanos e foi um das principais adversidades para a incorporação do índio no Brasil. Ela afetava a comunidade indígena de duas formas: em um primeiro momento pela escravização dessa parte da população nos primeiros anos; depois, com o início da utilização da mão de obra escrava africana, os assuntos indígenas seriam completamente alheios aos colonos. O descaso com os índios se intensificou quando os jesuítas, responsáveis pela catequese e o respectivo programa civilizatório das populações autóctones, foram expulsos do país.

A introdução do negro no país era em geral mal vista. A escravidão era percebida como uma das causas do atraso da indústria e agricultura brasileira, pois os capitais eram mobilizados na compra de mão de obra negra, ao invés de serem aplicados em melhores funções. Também em relação a moral, o negro era acusado de corromper as melhores tradições, pelos seus próprios vícios, além de corromperem o homem branco por sua subserviência, que transformava os filhos da pátria em pusilânimes, sem qualquer ardor pelo trabalho, ou pela opção de satisfação das paixões, atrapalhando a própria instituição do casamento. Assim, o IHGB, em geral, via a escravidão como pernicioso. Um obstáculo ao progresso econômico e moral da sociedade.

## CAPÍTULO 4 – UMA TEORIA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO NACIONALISMO NO IMPÉRIO

### 4.1. A sociedade agro-letrada

No século XIX o nacionalismo foi uma das principais preocupações dos governantes do mundo ocidental. Na Europa, as mudanças pelas quais as sociedades passavam, levaram a mudanças no próprio paradigma da forma como os indivíduos se enxergavam. A revolução industrial - primeiro a manufatureira e depois a siderúrgica – trouxe grandes mudanças morfológicas no cenário Europeu.

O nacionalismo, enquanto ligação entre uma cultura definida em padrões nacionais e um Estado geograficamente bem determinado, é um fenômeno relativamente recente. A concepção do Estado como unidade que liga a soberania popular a uma determinada cultura se desenvolveu e consolidou a partir da revolução francesa, como a norma da administração política de um determinado território.

O nacionalismo é consequência direta das transformações ocorridas durante o século XIX. Seguindo a teoria de Ernest Gellner, em seu texto *O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe*<sup>1</sup>, podemos usar dois modelos de sociedade que, apesar de não traduzirem exatamente a constituição dessas, nos ajuda a clarificar esse processo de transformação, quais sejam, o modelo da sociedade agro-letrada e o da sociedade industrial avançada. Esses, por conseguinte, nos permitiram explicar o surgimento e a consolidação do nacionalismo no decorrer do século XIX no Brasil.

A sociedade agro-letrada é agropecuária. Sua tecnologia é, em última instância, estática, com eventuais mudanças, sem, contudo, provocar rupturas ou mesmo grandes mudanças nas formas de produção antigas. A inovação tecnológica não se realiza de forma sistemática e contínua, com descobertas baseadas em métodos, mas apenas na experiência prática.

A tecnologia estagnada dessa forma de sociedade traz consequências diretas para sua estruturação. A inelasticidade da oferta de alimentos, devido a técnicas ineficientes de produção e a uma rudimentar divisão do trabalho, estabelece os valores da coerção e

---

<sup>1</sup> GELNNER, Ernest, “O advento do Nacionalismo e sua interpretação: os mitos da nação e da classe. Gopal Balakrishnan (org). *Um mapa da questão nacional*. 1 ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

da hierarquia como os dois pilares dessa forma de sociedade. O trabalho e a produtividade não são valores prezados por essa sociedade, as posições hierárquicas são os elementos de disputa. Isso se reflete nas formas de obtenção de riqueza, pois a instituição do trabalho produtivo como elementos de acumulação de bens não está ainda assentado, em seu lugar o *status* representa o eixo normativo.

A própria situação de improdutividade desse sistema gera o predomínio do *status*. Sendo as oportunidades de ganhos reduzidos com a produção, devido as limitações produtivas inerentes, a geração de riquezas usualmente acaba resultando em benefícios para os estamentos superiores. Logo, o investimento em produção acaba por desaguar em benefício alheio, mas a luta por acesso aos estamentos superiores invariavelmente redundando em benefício próprio.

O caráter hierárquico-coercitivo é reforçado pelo atributo malthusiano dessa formação, corolário da estagnação tecnológica. Enquanto a possibilidade do aumento da produção é limitada, as possibilidades de aumento demográfico não são. Somado a isso, a valorização da prole como fator de produção pelo menos a masculina, reforça o incentivo de a população total crescer acima das possibilidades produtivas. A fome, quando vem, ataca discriminadamente, pois sendo a fonte de riqueza centralmente controlada, pelo governo, e esse formatado a partir de princípios hierárquicos, os indivíduos acabam por passar fome conforme sua posição nessa pirâmide.

Como resultado, a sociedade agro-letrada é estruturada em posições rígidas, cujos privilégios são o principal foco de disputas. O *status* e o poder se entremeiam em complexos padrões, que permitem a continuidade do sistema. Aquele assenta na sociedade o consentimento esse a coerção, de forma que eles atuam inexoravelmente em conjunto. A própria estruturação dessa forma social garante os meios ideológicos de manutenção do sistema hierárquico e a legitimação da coerção.

A escrita é parte essencial dessa sociedade. Ela, enquanto meio de transmissão e preservação de ideias, princípios e informações, permite o maior acesso a um maior número de pessoas a valores e práticas antes inacessíveis. Contudo, ela é uma técnica diretamente associada ao processo de formação de indivíduos: a educação. A educação, por ser um processo demorado e penoso, carece de incentivos para sua expansão além de um determinado estrato da sociedade: o estamento. Ela, além de ser uma técnica, na

sociedade agro-letrada torna-se um importante elemento simbólico das diferenciações sociais.

O costume representa uma forte distinção entre as formas culturais desenvolvidas nessa sociedade. O costume tomado como ação reproduzida sem nova racionalização, ou seja, sem nova conclusão reproduzida de sentenças conhecidas, é elemento chave da cultura viva; ela se desenvolve “na prática”. Ela é em si mais fluída, pois, apesar de representar estilos de vida, o elemento que baliza determinadas formas de reprodução de atividades e formas de pensamento, ela não está codificada ou mesmo formalizada em determinados moldes rígidos. A cultura formal, por sua vez, é baseada amplamente na escrita, e essa é menos fluída, pois possui normas gerais estáveis no decorrer do tempo. Em uma breve analogia, podemos afirmar que a cultura formal lida com a sintaxe e a semântica da linguagem, enquanto a cultura viva se reproduz pela pragmática, ou seja, o primeiro se relaciona com padrões normativos, em geral específicos, enquanto a segunda por meio caracterizado essencialmente pela ocasião.

Os elementos constitutivos dessas formas na sociedade agro-letrada estão recorrentemente em conflito. A cultura formal é adjetivada como superior, pois difundida pelo ensino formal e sistemático, ela seria capaz de estabelecer valores que no decorrer do tempo se manteriam. Já a cultura informal se desenvolveria na prática, ou seja, com ela não seria possível atingir qualquer forma de valor superior, o seu campo seria o da *doxa*.

Dessa distinção, feita por aqueles que usufruem de alguma forma daquela configuração superior de cultura, nasce uma das distinções mais vitais do regime agro-letrado. A possibilidade de elas conviverem é reduzida, pois ou a cultura informal é obliterada, pela imposição da cultura formal, ou os membros da cultura informal lutam para adquirir características daquela. Contudo, essas duas possibilidades nunca são plenamente satisfeitas. Assim, essa distinção acaba sendo um elemento essencial na distinção social entre os estamentos dessa sociedade.

Essa diferenciação acaba por marcar os indivíduos em seus extratos respectivos da sociedade. A cultura aqui não baseia a soberania que funda o Estado-nação moderno. Pelo contrário, ela marca posições em uma determinada configuração social, mais do que diferencia um todo social do outro. Logo, a cultura nessa forma social pouco tem a

ver com legitimação política ou com a morfologia estatal, mas com a demarcação de posições.

O *status* é garantido pela cultura. Ele estabelece determinadas normas de conduta, cuja reprodução constante desenvolve uma hipersensibilidade semântica específica, intragrupo, impedindo o acesso a eles, e intergrupos, garantindo o devido tratamento ao indivíduo conforme sua categoria social. Os padrões de comportamento (vestuário, regras de etiqueta, consumo) garantem que a estratificação - hierarquização hermética - seja reconhecida, e, com isso, legitimada.

O governo de uma sociedade agro-letrada não possui incentivos para iniciar processos de homogeneização, pois a diversidade por vezes lhe trazem maiores benefícios, ao impedir a formação de ampla identidade ou lealdade que constanja sua legitimidade. A cultura tem caráter disjuntivo e não conjuntivo. Contudo, um governo centralizado com uma crescente burocratização e institucionalismo religioso são características que influenciam no processo de homogeneização cultural.

Assim, o conceito de nação, se utilizado, se refere a um estrato específico da estrutura social compartilhada em determinado território. Esse estrato é o estamento superior, normalmente uma aristocracia que possui o monopólio dos instrumentos políticos e seus meios de acesso. Logo, nação não se refere a um conjunto de indivíduos estruturados em uma sociedade, cuja principal característica é o compartilhamento de uma cultura comum. Pelo contrário, o conceito de nação é, em última análise, um instrumento político.

A unidade política dessa formatação social normalmente é distinta da unidade cultural. O império, uma configuração possível da sociedade agro-letrada, é caracterizado pelo governo central, cuja unidade política não corresponde com as unidades culturais que convivem em suas fronteiras. Dessa forma, a única forma da manutenção da configuração imperial é por meios militares ou por fronteiras geográficas; frequentemente os dois meios se integram.

Por fim, a estrutura política, essencialmente hierárquica, e a diversidade cultural, estratificadora, nessa forma de sociedade não são mediadas por uma identidade comum, ou seja, por uma nacionalidade que incorpore em seu seio as diversidades culturais e de coerência a hierarquia política.

## **4.2. A sociedade Industrial Avançada**

A base da sociedade industrial avançada é a inovação tecnológica contínua, que, por sua vez, gera um exponencial crescimento nas capacidades produtivas dessa formatação social. Esse processo de inovação contínua tem fortes bases epistemológicas, pois a natureza passa a ser inteligível logo, manipulável.

O impacto do desenvolvimento científico nas forças produtivas é enorme. A prosperidade passa a ser um dos princípios legitimadores do edifício social. A emancipação das limitações produtivas, da condição malthusiana, frutifica novos padrões de organização e de modos de vida. A valorização da mão de obra torna-se algo secundário, tanto militar, pois o protagonismo passa à tecnologia sofisticada e ao planejamento, quanto economicamente, uma vez que a explosão demográfica cria uma reserva de mão de obra abundante.

A característica da força laboral passa por uma mudança essencial nessa sociedade. O caráter quantitativo perde sua importância frente ao qualitativo. Em efeito, o ser humano só passa a ser utilizável quando educado. O processo de formação dos indivíduos é o que passa a lhes dar algum valor na sociedade.

O trabalho, por sua vez, passa também por mudanças profundas. O trabalho manual essencial, porém nunca valorizado, na sociedade agro-letrada praticamente desaparece em sua forma original. A tração animal ou por meios naturais que junto ao trabalho manual do homem eram o centro da atividade humana, geralmente ligados à atividade agrícola, desaparecem em sua forma pura. Em seu lugar, as novas tecnologias servem de instrumentos técnicos, potencializando a produção. Além disso, a produção agropecuária perde o seu papel central, e surge, cada vez mais importante, uma grande área de trabalho longe do campo, a de serviços intangíveis.

Dominada por formas impessoais de comunicação, a área de serviços traz uma revolução na cultura e no sistema de símbolos. A pragmática perde a sua relevância. A ocasião que dá o contexto, rico em informações traduzíveis conforme a sensibilidade semântica desenvolvida pelas populações locais, perde sua relevância devido a amplitude do sistema de comunicação e das possibilidades nascidas com ele. A simbologia deve assumir estrutura rígida e universal, para ser compreensível a um número cada vez maior de pessoas, independentemente do contexto à que elas estão

submetidas. O sentido fica restrito ao seu papel estritamente semântico que, mesmo ambíguo, limita as possibilidades de interpretação.

Para limitar as ambiguidades inerentes as linguagens naturais, torna-se necessário um treinamento. A compreensão do sentido independente das idiossincrasias locais é um processo árduo, que pressupõe uma adestração padronizada em toda a cadeia comunicativa, desde sua origem até o seu final. Esse treinamento se baseia em uma disciplina comum e generalizada de todo o conjunto de indivíduos que compartilham o mesmo sistema simbólico. Assim nasce a educação universal. A cultura formal acaba por ser o elemento operacional essencial da nova estruturação social. Baseada na escrita, ela forma um conjunto finito de símbolos, cujas combinações, virtualmente infinitas, são compreensíveis aos indivíduos treinados nela.

A educação universal tem consequências diretas no nacionalismo. Ela, como pré-requisito para o funcionamento da sociedade industrial avançada, dissemina a cultura superior pela educação formal, sustentada pela escrita, para um amplo conjunto de indivíduos. Essa dispersão normalmente se realiza de cima para baixo, ou seja, um reduzido número de indivíduos detentores das regras e padrões dessa cultura formal impõem seu conhecimento ao resto dos integrantes de uma mesma estrutura social. Logo, para a concretização de uma sociedade industrial avançada será necessário que o conjunto da população compartilhe uma determinada cultura superior, pois o trabalho é semântico e requer a possibilidade de comunicação impessoal entre os indivíduos daquela estrutura social, o que só é possível pelo compartilhamento da capacidade de interpretação simbólica.

O acesso a cultura superior acaba sendo o bem mais precioso do indivíduo. A partir dela tem azo a possibilidade de emprego e, mesmo, a obtenção da cidadania, junto com a ampla gama de direitos intrínseca a essa condição. Assim, ao se identificar com essa cultura superior o indivíduo pleiteia a participação em uma unidade político-jurídica administrada pela burocracia centralizada e padronizada pelos termos desta educação formal. E dadas essas condições, enquanto essa configuração não se forma, pois elas são necessárias mais não suficientes, o indivíduo espera que assim se torne, ou, em outras palavras, ele se torna um nacionalista. Por isso, em última instância a vontade de pertencer a uma cultura superior é a mesma vontade de pertencer a uma unidade

política de indivíduos que compartilhem essa mesma cultura, ou seja, é a vontade de ser nacional, ou em outro termo, nacionalista.

Além do nacionalismo, a sociedade industrial avançada possui um segundo pilar: o crescimento econômico. Toda a estruturação social é baseada na reprodução de riqueza contínua e ininterrupta. Esse crescimento legitima a estrutura. O progresso se torna a palavra de ordem, pela qual todo o sistema se organiza e reproduz, e a própria força do governante é proporcional ao crescimento averiguado.

O crescimento contínuo é o produto da inovação. A estabilidade estamental garantida pela hierarquia, ou *status*, se dilui em uma estruturação dinâmica. A burocracia instável é uma condição necessária para a produtividade. Seus altos cargos exigem altos níveis de preparação e, por isso, eles não podem mais ser preenchidos por laços de lealdade ou por nascimento, cujo resultado final era a estabilização das posições, mas por um sistema que selecione os mais treinados, providos de técnica, para aquele cargo.

A instabilidade da burocracia tem como consequência o princípio da mobilidade social. Esse, por sua vez, redundando no princípio da igualdade que permeia o todo social. O igualitarismo passa a ser reinterpretado, ele perde seu sentido depreciativo e ganha relevância primordial. Com isso, ele é reconfigurado e assume caráter normativo, ou seja, protagonismo e um sentido próprio, peculiar a essa formação social. É dessa forma que o progresso técnico científico acaba por reverter a corrente de desigualdade que seguia a complexificação da sociedade.

O princípio da igualdade implica a desigualdade como um escândalo. Esta perde a sua naturalização que garantia a perpetuação entre os estamentos distintos da sociedade, e que, por fim, acabava introjetado nas formas de percepção social. Apesar de a desigualdade não desaparecer ela assume um novo significado. Ela passa a ser explicada por razões pragmáticas, não mais por frívolos axiomas. E, acima de tudo, ela não se consubstancia em destino, mas tornam-se estatísticas de probabilidade futura.

A homogeneidade cultural se transforma em um paradigma social. Ela deve ser conquistada pela educação universal. Contudo, esse processo de transformação do ser humano, *a priori* apenas um conjunto de processos fisiológicos, em um ser socioeconomicamente útil e aceitável é extremamente onerosa, principalmente devido



ao tempo necessário para essa transformação. É nessa tarefa essencial que entra o Estado, ou, de forma mais ampla, o setor público. Cabe a ele realizar essa tarefa hercúlea. E, além disso, o Estado fica responsável por proteger essa mesma cultura, sendo de concorrência de elementos exógenos, seja preservando-a da degradação do tempo. Logo, a identificação do Estado se transforma, pois se anteriormente ele estava ligado a determinada religião, agora ele passa a ser o instrumento mais eficiente para assegurar a perpetuidade de uma cultura, e essa, por sua vez, acaba se associando de forma intrínseca com o ordenamento que a conforma, surgindo o Estado-nação.

#### **4.3. Elementos do desenvolvimento do Nacionalismo no Império.**

O nacionalismo brasileiro não surge como uma reivindicação popular. O sentimento nacional, apesar de existente, se materializa no início do império a partir de seu contraponto com a nação portuguesa. Ele não toma o aspecto de um sentimento que liga uma determinada cultura, no caso a brasileira, à soberania popular, ou seja, não se estabelece uma cultura em padrões nacionais com uma estrutura administrativa de uma determinada zona geográfica. Esse sentimento nacional nasce como uma forma deturpada do nacionalismo, a xenofobia. Os europeus, principalmente os *marinheiros* (Portugueses) eram hostilizados, insuflando sua raiva aos estrangeiros, a população exigia a expulsão e proibição ao comércio de retalhos, predominantemente dominado por estrangeiro.

O Brasil não nasce de uma compactuação entre um rei e o povo que o legitima. O primeiro reinado, essencialmente ditatorial, nasce da emancipação liderada por um chefe cujas características preponderantes era o espírito autoritário, herdado da casa de Bragança. O império nascente, assim como diversos outros durante a história, foi imposto ao conjunto da população pelo meio militar. Já a adesão se formou pela autoridade carismática, pois a tradição fora parcialmente rompida pelo desmembramento independentista.

O nacionalismo brasileiro é um produto elaborado pelo estamento. Ele é uma ideia fundamental da inteligência brasileira, antes que da política, apesar de seu caráter instrumental, e se estabelece como uma necessidade premente numa sociedade cujos laços eram frágeis e inconstantes. Ele nasce como uma anomalia dentro da sociedade. Sua frieza oriunda de seu instrumentalismo. Ele inspira essencialmente a classe política

e é elaborado a partir das necessidades desta. Por isso, é necessário discorrer sobre as bases da sociedade agro-letrada brasileira, cujo nacionalismo dos intelectuais nasce sem um sentimento popular correspondente, pois é estruturado com base nos próprios princípios que sustentam essa formatação social: a hierarquia e a coerção.

A sociedade brasileira é toda estruturada a partir da grande lavoura e do grande proprietário pecuarista. Em uma sociedade agro-letrada como a imperial, possuir a terra significa possuir o armazém central, ou seja, a própria incapacidade dos pequenos agricultores de ter acesso ao armazém, a terra, acaba transbordando no surgimento de relações de hierarquia e coerção dentro da sociedade. Esses dois princípios tornam-se o pilar de toda a morfologia social.

A sociedade imperial teve o seu modelo garantido pelo regime das sesmarias, porque este assegurou a instituição da grande propriedade. Muito próximo do que expõe Geller em seu modelo, na sociedade brasileira o monopólio da terra, ao contrário da improdutividade, garantiu que a terra se transformasse em um instrumento de domínio. Ao imobilizar as terras, o elemento produtivo é levado ao segundo plano, pois acaba sobreposto pelo caráter simbólico da terra. Outro fator que garante essa constância do sistema é a baixa tecnologia envolvida nas produções. Na indústria cafeeira, a forma de produção era extremamente rústica e pela abundância de terra não existiam incentivos para o aumento da produtividade, e a inovação tecnológica, portanto, não era contínua. Somado a isso, a cultura de subsistência era uma forte barreira a emperra qualquer forma de inovação tecnológica, pois mesmo se a produtividade aumentasse com novas formas de produção, não havia canais de escoamento para esse excedente, fazendo com que a população recrudescesse em formas precárias de produção. Desta forma, a grande propriedade passa a servir à manutenção da hierarquia e, em última instância, ela adquire protagonismo na simbolização do *status*, tão caro a sociedade agro-letrada.

O princípio da hierarquia se sustenta na estruturação geral da sociedade. A sesmaria, ao monopolizar a terra, institui um sistema cujos inúmeros núcleos de subsistência se mantêm em órbita do grande proprietário. A roça é a unidade mínima desse sistema, que por ser de subsistência, apresenta uma divisão rudimentar do trabalho e um baixíssimo fluxo monetário. E a roça, por sua vez, é garantida pelo centro de todo o sistema, a grande propriedade. O interesse desse grande proprietário em manter esses minissistemas em sua órbita é a manutenção de seu *status*, pois seu

número de almas garante sua respeitabilidade. Acaba que a propriedade se torna, ao invés de um incentivo a produção, um elemento aristocrático, garantido a hierarquia e simbolizando o *status*. Daí a afirmação de um naturalista francês, que passou pelo Brasil no início do século XX, e constatou que a propriedade rural era um intermediário entre uma família e um reino.<sup>2</sup>

A economia cafeeira se baseia durante quase todo o período imperial na mão de obra escrava. O monopólio das terras conjugado com a existência da mão de obra escrava torna o trabalho e a produtividade dois conceitos alheios a essa sociedade. Apesar da produção ainda representar uma característica importante na obtenção de riqueza, ela é apenas objetivo secundária. A luta principal era pelo acesso a posições privilegiadas, mais especificamente a luta pelos privilégios, intrínsecos a aristocracia brasileira formada após a independência. Essa situação se devia ao fato de a geração de riqueza ter como preeminente beneficiário o estamento, uma pluralidade de indivíduos cujas atividades não estavam ligadas diretamente a grande lavoura. Afinal, as grandes riquezas do império vinham de combinações industriais ou da crônica especulação bancária.

Contudo, no segundo império, com o processo de centralização levado em frente a partir do início dos anos 1840, a fazenda cede sua influência à burocracia, em exponencial crescimento. As instituições de ensino, Lisboa, Olinda e Rio de Janeiro, é o manjedouro do estamento imperial. Nelas, a burocracia adquire suas capacidades técnicas e vivenciam experiências comuns. É nas universidades, principalmente em Lisboa, que a burocracia responsável pela centralização da administração imperial adquiriu seus “modos de vida” que serviram como instrumento normativo da sociedade imperial. A educação formal nesses estabelecimentos é monopólio de indivíduos específicos, cujo resultado é sua capacitação para participar da vida pública. Sobre essa base que o estamento imperial irá nascer.

É pelo monopólio das oportunidades de acesso a estrutura estatal que se concretizará o segundo pilar dessa sociedade: a coerção. Esse se cosubstanciará com a hierarquia, formando as bases para a legitimação do sistema e garantindo sua continuidade. A estrutura agrária garantia o monopólio da terra, e essa, por sua vez, preservava estratificação social, a partir da estipulação de determinados modos de vida,

---

<sup>2</sup> DENNIS, Pierre. **Le Brésil au XX<sup>e</sup> siècle (Ie)**. Paris: Armand Colin, 1911.

garantindo o consentimento àquela estruturação social. Já a coerção será garantida pelo monopólio de acesso aos instrumentos efetivos de poder. Esses dois juntos, hierarquia e coerção, garantirão as bases de toda a autoridade do governo imperial

A coerção se materializará no processo eletivo. A eleição nada tinha haver com a expressão da vontade popular. Ela era um sistema bem formado de opressão sistemática do povo. O princípio de que “feito a mesa, esta feita a eleição” explicita o caráter coercitivo desse processo. Exemplo lapidar desse processo foi a eleição de 1847 que acabou com a dissolução da câmara e do gabinete Alves Branco. A forma centralizada de governo, cujos chefes de província e o Conselho de Estado, dominado pelos os aristocratas do senado vitalício, formam o topo da estrutura, garantiu que os poderes de mando fossem apropriados pela burocracia governamental, uma vez que toda a estrutura estatal, pela interpretação do Ato Adicional, fosse governada pelo princípio hierárquico. Assim, a autoridade e a manipulação tornam-se elementos essenciais para garantir a estrutura do sistema. Esse só irá se desestabilizar quando os próprios quadros dirigentes, insatisfeito com a organização política, e não com problemáticas sociais, se rebelarem contra os mesmos dispositivos que ajudaram a criar e que resultaram na limitação do acesso aos quadros governamentais.

O Estado e sua extensa máquina centralizada no conselho de Estado era o setor imanente da vontade política. A camada dirigente, apesar de não ser totalmente preenchida pelo funcionalismo pública, se baseia nesse para sua ação. Esse garantia que toda a camada dirigente fosse ocupada pelos seus pares, normalmente com requisito para ascender, as relações de compadrio e de hereditariedade, garantindo a perpetuidade do sistema. A sociedade, em sua maioria composta por indivíduos bestializados, não possui acesso às oportunidades econômicas e aos instrumentos de mando do Estado. Assim, o emprego público, e seus privilégios, tornam-se fonte de disputa de uma pluralidade de indivíduos, cujo monopólio da educação formal e do prestígio ligado a hereditariedade, garantiam seu acesso aos cargos público, e, em última instância, a carreira política.

Aqui, cabe discorrer sobre um importante elemento de prestígio da sociedade estamental, garantidor de distinções, essenciais para a legitimação da estratificação hierarquica: a corte imperial. O império brasileiro possuía uma corte pusilânime, desprovida de suntuosidade, e muito menos dissoluta. Não possuía a severidade militar

característica da corte prussiana, elemento natimorto na castração representada pelo insucesso na cisplatina, nem a frivolidade libertina da corte francesa, apesar dos esforços de Dom Pedro I.

A principal característica da corte brasileira era o domínio do funcionalismo público em suas fileiras. A corte do Rio de Janeiro não era integrada apenas pelos titulados, essa era uma diminuta elite. Ela era mais ampla, abarcava os conselheiros do Estado, fidalgos e oficiais das casas Real e Imperial. Contudo, a única posição que assegurava uma destacada nobreza era o senado e sua vitaliciedade, essencial para assegurar o prestígio local e os meios se não vultuosos, pelo menos suficientes para a vida na corte. Ela, a exceção da família real, não era ligada a terra e a hereditariedade. Seus títulos estavam diretamente ligados a um sistema “meritocrático” muito particular: apesar de se relacionar com o desempenho, ela era monopolizada pelo funcionalismo público, que circundavam o imperador, figura central de todo o sistema.

A sociedade que assim se moldava, hierárquica-coercitiva, acabou com qualquer ligação entre Estado e a nação, submetida aos estamentos criados. A população foi completamente alienada do processo política, seja pelo seu caráter servil, seja pela submissão ao sistema estamental, cujas manifestações se concentravam na estrutura estatal, principalmente na mão dos carreiristas políticos, surgidos no funcionalismo público, e ungidos nobres pelas mãos imperiais.

É nesse cenário que surgirá o nacionalismo brasileiro. E o IHGB terá papel fundamental nesse processo. Toda a *intelligentsia* imperial que procurava a escrita legítima da história brasileira se agrupará nele, pelo menos até a década de 1870, quando outras instituições relevantes surgiram. Ocupado com a sistematização da história brasileira e, por conseguinte, da memória nacional, o instituto precisava desenvolver uma teoria de nação brasileira, cujos sentimentos fossem passíveis de serem compartilhados e ligassem toda a estrutura social. Essa construção da memória nacional não se corporificava de forma exclusivamente positiva, mas também pelo viés negativo, ou seja, caba a eles a reconstrução dos processos histórico que levou a formatação da sociedade imperial e, também, os elementos convenientes de se perderem dentro dessa história, devido a inconveniência deles para a construção da imagem nacional.

Contudo, esse processo de construção da história nacional tinha um viés muito específico: a instrumentalização do conceito de nação e nacionalismo. Em uma sociedade hierárquico-coercitiva como a brasileira, a educação formal é uma técnica extremamente dispendiosa, e à ela falta os incentivos necessários para a proliferação dessa técnica para o conjunto da população. Assim, a cultura superior<sup>3</sup>, representada pelos integrantes da corte, esta em constante conflito com a cultura informal, principalmente com aquela do interior, por exemplo, o jagunço e o caboclo tão bem descritos por Euclides da Cunha em sua obra, *Os sertões*.

Na sociedade industrial avançada, o princípio da igualdade é um forte propulsor para o compartilhamento de noções de vida semelhantes, a cultura, e a homogeneização cultura é elemento preponderante para o surgimento do nacionalismo, pois ela só pode ser garantida e protegida pelo Estado, o que acaba ligando a cultura a própria soberania daquela unidade. Contudo, na sociedade brasileira será a partir do contraponto entre a cultura formal e a informal que o nacionalismo brasileiro se concretizará no império.

O processo de seleção do IHGB garantia que os indivíduos passíveis de terem acesso a ele fizessem parte do estamento político-burocrático. Principalmente ordenando pelas relações de pessoais e pelo prestígio usufruído, a seleção dos membros efetivos do instituto era uma representação, em menor escala, da forma como a própria estrutura estatal se organizava. Esse processo, apesar de amenizado, com os estatutos futuros que exigiam a comprovação de mérito acadêmico para o ingresso, durante todo o período imperial não cessou de ser guiado pelas relações pessoais e requisitos que reproduziram as próprias características que o esse conjunto se atribuía: civilidade, coragem determinação, honra, prestígio etc. Portanto, as oportunidades de acesso ao IHGB era monopolizada, e seus quadros garantidos entre o estamento político-burocrático.

Nesse contexto, dois fatores impulsionam a necessidade de uma teoria nacional que servisse como instrumento discursivo da ação política, a saber, a maior participação de Dom Pedro II no instituto e a necessidade da construção de uma teoria coesa que servisse para dar conta da sociedade heterogênea como a brasileira.

---

<sup>3</sup> Aqui referida apenas em seu aspecto sociológico.

A intensificação da participação de Dom Pedro II trouxe modificações ao IHGB. Determinado grupo foi afastado e outro destacado. O romantismo, capaz de mostrar a universalidade e, ao mesmo tempo, destacar as particularidades brasileiras, tornou-se o projeto oficial do nacionalismo do instituto, ou seja, a partir das disciplinas histórica e geográfica caberia ao instituto construir um povo para o Brasil. Dom Pedro teve especial papel, ao acentuar a necessidade da originalidade da construção da teoria de uma nação e de um povo que a habitasse; o nacionalismo oficial estava fundado.

O nacionalismo nasce no Brasil como o produto do próprio patrimonialismo de sua sociedade. Ele nasce do contraste entre as três principais raças<sup>4</sup> que habitavam o território brasileiro. Ele se baseia no conflito inerente às sociedades do tipo agro-letrada, entre a cultura formal, e seus modos de vida correspondentes, e a cultura informal, representada pela cultura dos escravos, índios, mulatos, sertanejos, caboclos etc. Afinal, esse não foi moldado propriamente a partir de uma etnia cujas lutas seculares construíram uma identidade com o território, mas era um elemento mais geopolítico, nascido teoricamente do Tratado de Madri (1750), e não de determinações étnicas. Esse nacionalismo oficial elegeu o índio, o negro e o branco como os três elementos da formação do povo brasileira. Contudo, eles não ocupavam papéis equivalentes na construção da identidade nacional. O português ou seu descendente, contabilizados na camada dos comerciantes e associado diretamente com o estamento político-burocrático, e o roceiro ou lavrador, predominantemente mulato ou branco, eram considerado o elemento mais robusto da identidade nacional, que davam o seu dinamismo. Já o índio acabou desprovido de todas as suas características. O indianismo, suporte do nacionalismo brasileiro, elegeu como seu herói um modelo de índio adaptado ao romantismo europeu. Apesar de ainda ecoar alguns costumes das populações autóctones, refletia uma tradição europeia. Já o negro, quando comentado, era destacado pela sua inata corrupção dos valores gerais. Mesmo quando subserviente, o negro era uma chaga, pois corrompia o homem branco.

O IHGB deu origem a vários mitos da formação brasileira que impactaram o imaginário popular, como, a ideia do Brasil ser o país do futuro, devido as suas potencialidades naturais; a criação do imaginário da democracia racial, embora essa não fosse vista por eles da mesma forma que os futuros pensadores do Brasil lhe

---

<sup>4</sup> O termo “raça” aqui é utilizado para apresentar o pensamento correspondente ao período.

atribuiriam; e, por fim, a ideia do colono formador do Brasil como um indivíduo ávido em busca de riquezas rápidas, ao invés do trabalho árduo e uma possível origem para a corrupção da estrutura geral da sociedade.

Ao contrário da luta nacionalista europeia que se deu pela ampliação de terras, no Brasil, a formação nacional não se deu propriamente pela expansão territorial, mas pela confirmação da soberania política em um estado já pré-determinado. Dessa forma, ele não surge de uma luta de uma população étnica comum pelo seu território, como na Polônia, cujas suas partilhas, no século XVIII, fez nascer o embrião do movimento nacionalista europeu, ou na Alemanha em seu processo de unificação, no século XIX. No Brasil, o nacionalismo nasce com seus sinais invertidos. Ele é um produto direto do estamento político-burocrático. Ao contrário do processo pelo qual o Estado surge como uma unidade que liga uma soberania a uma cultura, no Brasil uma cultura, o “brasileiro”, surge como uma unidade que liga a soberania a um Estado. O indivíduo não pleiteia a participação na unidade político-administrativa, essa lhe é imposta. A vontade de ser nacional, vontade de pertencer a uma unidade política culturalmente homogênea, não é um elemento do nacionalismo brasileiro, no formato como ele foi criado. E esse defeito de nascença influenciará diretamente o papel do nacionalismo na sociedade brasileira.



## CONCLUSÃO

O Brasil como entidade política autônoma nasce da vontade política do príncipe da casa de Bragança. Autoritário, seu governo ficou marcado pela tradição da casa de Bragança. Com seu fim, vem a regência que representa o período mais conturbado da história do império brasileiro. Liderado pela figura autoritária de Diogo Feijó o processo de descentralização desse período acabara com o golpe da maioria.

A centralização do governo representa a obra maior do parlamentarismo brasileiro. Dela emergira os notáveis do império. Eles dominarão a história política de todo o período do segundo reinado de forma ampla e irrestrita. Sua principal fonte de poder será o senado e seu processo de escolha, pelo imperador a partir de uma lista tríplice e por suas vagas vitalícias. Todo o poder do império emana dessa casa. E essa casa, por sua vez, tem o seu poder aliciado pelo poder moderador.

As eleições eram a época de consagração dos partidos políticos. Alheio a formação da vontade popular e soberana, o processo eleitoral no período imperial, em última instância, era a hora em que os hierarcas do sistema impunham e moldavam a “vontade popular”. Com eleições violentas, muitas vezes chegando a indiscrções inaceitáveis mesmo para os padrões da época, o sistema se autoformava, com as elites políticas decidindo seu próprio destino.

O estamento burocrático será o perpetuador do processo político. Caberá à esse novo personagem em sua forma e importância aceitar a máquina de perpetuação de determinado grupo no poder. Formado por uma aristocracia peculiar, o Estado brasileiro e toda a sua onipotência será formatado e dirigido pela profusão de bacharéis formados em território pátrio ou no estrangeiro. O funcionalismo público se tornara o grande objetivo da elite brasileira, pois nele a nobilitação era possível, e, por ele, todo o sistema era administrado.

O Estado acaba por sequestrar todo o processo político. O Estado esta de toda forma divorciada da nação. Toda a estrutura pública esta concentrada nas mãos de uma aristocracia que se perpetua no poder. A hierarquia hermética desse sistema não permite que filhos de fora ocupem posições privilegiadas. A noção de público e privado se liquefaz sob camadas e camadas de relações de compadrio. A sociedade, dessa forma, acaba por se tornar uma sociedade estamental-patrimonialista, cujo sistema político esta

de toda forma alheio ao povo, e que o Estado se faz presente apenas como instrumento coercitivo.

A estrutura econômica do império contribuirá para a legitimação do processo político. A indústria cafeeira que transporta o eixo econômico do país do norte para o sul, representa a mudança da relação entre a economia e a política. Côncios de seus objetivos, pela maior integração de toda a cadeia produtiva da indústria de café, as relações entre as elites políticas e econômicas, se assim podemos diferencia-las, será estreita, pois seus objetivos idênticos.

O grande lavoureiro necessita do crédito para o contínuo aumento de sua produção que se dá unicamente pelo crescimento da mão de obra. Além disso, o consumo de produtos importados era grande, com produtos de primeira necessidade sendo importados. Assim, as casas de comércio que em um primeiro momento dominam o sistema de crédito torna-se o elo do sistema econômico. Essa é a principal mudança na estruturação da economia cafeeira quando comparada com as outras culturas dominantes até então, a ligação da fazenda com o comércio.

Os comissários se tronam um eixo pelo qual toda a economia gira. No processo de financiamento da grande lavoura, boa parte do lucro da produção do café acaba por cair no colo desse agente. O sistema hipotecário garante o empréstimo, e os especuladores e traficantes tornam-se os grandes senhores.

A centralização garante que a estrutura burocrática em formação se associe com as elites econômicas em um processo sinérgico pelo qual governar o país acaba por se reduzir a trabalhar tendo em vista os interesses predominantes na economia. A camada dirigente acaba por concentrar em suas mãos o processo econômico, e o Estado, em última instância, se torna o grande centro propulsor dos mecanismos econômicos. Dessa configuração surge o neomercantilismo brasileiro. O crédito, o grande estimulador do desenvolvimento das economias modernas, será baseado pelo requisito estamental. O Estado acaba por se tornar o grande centro dinâmico da economia.

Em uma sociedade como a imperial, ter acesso a terra equivale a ter acesso ao armazém, logo os princípios da coerção e da hierarquia são próprios a essa formatação social. A terra torna-se principalmente um objeto de domínio, passando sua característica produtiva para segundo plano. A tecnologia não possui estímulos para se

desenvolver, pois o aumento da produtividade não depende disso, mais do emprego maciço de mão de obra. Essa, por sua vez, com a instituição escravista deslegitima todo o valor do trabalho produtivo, e a especulação e as posições estamentais tornam-se o objeto último de disputa. A grande propriedade acaba por servir, em última instância, com símbolo do *status* máximo da sociedade agro-letrada. E a geração de riqueza acaba por beneficiar o estamento burocrático, cujas atividades não estavam ligadas a atividade produtiva.

É em uma sociedade assim estruturada que nascerá o nacionalismo brasileiro. Elaborado pelo estamento o nacionalismo pátrio surge como uma anomalia dentro da sociedade estamental-patrimonialista. Ela é acima de tudo uma ideia cujo formalismo só se equipara com a sua insipidez. O nacionalismo se estrutura a partir dos princípios da hierarquia e da coerção, os dois princípios da sociedade agro-letrada brasileira.

Terá papel proeminente na formulação do nacionalismo brasileiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A escrita da história brasileira será monopolizada, até a década de 1870, pelos indivíduos ocupantes de cadeiras permanentes no instituto. Caberá à eles a sistematização da história brasileira. Garantido o acesso aos quadros do instituto por um processo rígido de seleção, eles serão selecionados dentro do estamento-burocrático brasileiro, e, com isso, reproduzirão os preconceitos e atenderão as necessidades desse extrato social. Por conseguinte, eles criarão a memória nacional, a partir da teorização de uma nação brasileira. A partir da seleção dos elementos principais para o desenvolvimento dessa nação brasileira, os historiadores do IHGB construíram o “brasileiro”.

O “brasileiro” será instrumento de legitimação da soberania nacional. Representante último do nacionalismo, ele é produto direto do estamento político-burocrático. Sua figura transfigura-se como o elemento que liga a soberania a um Estado. Essa particularidade do desenvolvimento do nacionalismo brasileiro garantirá que ele seja inócuo e vazio. A vontade de ser nacional, ou seja, o sentimento que dá conteúdo ao conceito de nacionalismo esta ausente. Essa malformação congênita do nacionalismo brasileiro estabelecerá as bases do desenvolvimento posterior do sentimento nacional, e representará grande obstáculo para a construção de um sentimento compartilhado entre todos os nacionais.

## REFÊRENCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. *Manual de Direito internacional público*. 11 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2014.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Formação histórica do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal. Conselho Editorial, 2009.

CALÓGERAS, João Pandiá. *A política exterior do Império*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

CALÓGERAS, João Pandiá. *Estudos históricos e políticos: res nostra*. 2 Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

CUNHA, Euclides da. *Os Sertões: campanha de canudos*. Rio de Janeiro, RJ: Francisco Alves & Cia, 2000.

DENNIS, Pierre. *Le Brésil au XX<sup>e</sup> siècle (le)*. Armand Collin, 1911.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 8 ed. São Paulo: Globo, 1989. 2v.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

Gopal Balakrishnan (org). *Um mapa da questão nacional*. 1 ed. Rio de Janeiro, RJ: Contraponto, 2000.

GUIMARÃES, Luís Salgado. “Nação nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. In *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 1, 1995.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. “Debaixo da imediata proteção imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)”. In: *Revista do IHGB*, Rio de Janeiro, ano 156, n° 388, pp. 450-613, jul./set.

HUME, David. *Tratado da natureza humana: uma tentativa de introduzir o método experimental de raciocínio nos assuntos morais*. 2 ed. São Paulo, SP: Ed. UNESP, 2009.

LIMA, Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Cia Ed Leitura, 1944.

LIMA, Oliveira. *O império Brasileiro: 1822-1889*. São Paulo: Melhoramentos, 1927.

MORTARI, Cezar Augusto. *Introdução à lógica*. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

PRADO Jr., Caio. *História econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Brasiliense, 1984.

REZEK, José Francisco. *Direito internacional público: curso elementar*. 10 ed. São Paulo, SP: Saraiva, 2005.

RODRIGUEZ, Neuma Brilhante. « o amor da pátria, o amor das letras”: as origens da nação na Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (1839-1889). Dissertação de Mestrado, UnB: Brasília.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: J. Olympio, 1973.

SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil: 1500-1824*. 4 ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2005

SHWARCZ, Lilia. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. Companhias das letras: São Paulo, 1998.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 8 ed. São Paulo, SP: Cultrix, 1996.

WEBER, MaX. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 4 ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2004-2014. 2 v.

## **FONTES**

IHGB. *Estatuto do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia da Associação do Despertador, 1839.

*Novos estatutos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, RJ: Tipografia de F. de Paula Brito, 1851.

Tomo I, 1839.

BARBOZA, Januário da Cunha. “Breve notícia sobre a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. pp. 5-8.

BARBOZA, Januário da Cunha. “Discurso recitado no ato de estatuir-se o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. pp. 9-20.

BARBOZA, Januário da Cunha. “Lembrança do que devem procurar nas províncias os sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, para remeterem à sociedade central do Rio de Janeiro. Pp. 108-119.

BARBOZA, Januário da Cunha. “Programa: Se a introdução dos escravos africanos no Brasil embaraça a civilização de nossos indígenas, dispensando-se-lhes o trabalho, que todo foi confiado a escravos negros. Neste caso, qual é o prejuízo que sofreu a lavoura Brasileira?” pp. 123-129.

REBELO, José Silvestre. “A mesma matéria”. pp. 129-133.

Visconde de São Leopoldo. “Programa Histórico: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias de ilustração, que em diferentes épocas se manifestaram em nosso continente”. pp. 61-77.

Tomo II, 1840.

BARBOZA, Januário da Cunha. “Programa: qual seria hoje o melhor sistema de colonizar os Índios entranhados em nossos sertões; se conviria seguir o sistema dos Jesuítas, fundado principalmente da propagação do Cristianismo, ou se outro do qual se esperem melhores resultados do que os atuais”. pp. 5-18.

Tomo III, 1841.

PONTES, Rodrigo de Souza da Silva. “Quais os meios de que se deve lançar mão para obter o maior número possível de documentos relativos À História e Geografia do Brasil?”. pp. 149-157.

RIBEIRO, Francisco de Paula. “Memória sobre as nações gentias que habitam o Continente do Maranhão”. pp. 184-196.

VARNHAGEM, Francisco Adolfo. “Memória sobre a necessidade do estudo e ensino das línguas indígenas do Brasil”. pp. 53-63.

Tomo VI, 1844.

MARTIUS, Karl Friederich Phillip Von. “Como se deve escrever a História do Brasil. Dissertação oferecida ao Instituto Histórico e Geográfico do Brasil”. pp. 389-411.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. “Programa: se todos os indígenas do Brasil, conhecidos até hoje tinham ideia de uma única divindade, ou se a sua religião se circunscrevia apenas em uma mera supersticiosa adoração de *fetiches*; se acreditavam na imoralidade da alma e se os seus dogmas religiosos variam conforma as diversas nações ou tribos? No caso da afirmativa, em que diferenciavam eles entre si?”. pp. 133-155.

Tomo VII, 1845.

SERRA, Ricardo Franco de Almeida. “Parecer sobre o aldeamento dos índios Uaicurús e Guanás, com a descrição dos seus usos, religião, estabilidade e costumes”. pp. 204-212.

Tomo VIII, 1846.

MASCARENHAS, José Freire de Moterroyo. “Os Orizes Conquistados; ou a conversão dos indômitos Orizes Procazes, povos habitantes e guerreiros do sertão do Brasil: na qual se deve descrever também a aspereza do sítio de sua habitação, a cegueira da sua idolatria e barbaridade dos seus ritos”. pp. 494-511.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. “Programa: Qual era a condição social do sexo feminino entre os indígenas do Brasil?”. pp. 168-201.

OLIVEIRA, José Joaquim Machado de. “Notícia raciocinada sobre as aldeias de índios da província de S. Paulo , desde o seu começo até a atualidade”. pp. 204-253.

Tomo IX, 1847.

CASTILHO, José Feliciano de. “Discurso sobre a necessidade de se protegerem as ciências, as letras e as artes no Império do Brasil”. pp. 259-266.

Tomo X, 1848.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. “O Caramuro perante a história”. pp. 129-152.

Tomo XII, 1849.

SILVA, Ignácio de Cerqueiro. “Dissertação histórica, etnográfica e política...”. pp. 143-257.

SILVA, Thomé da Fonseca e. “Breve notícia sobre a colônia de suíços fundada em Nova Friburgo”. pp. 137-142.

VARNHAGEN, Francisco Adolpho de. “Etnografia indígena, línguas, emigração e arqueologia. Padrões de mármore dos primeiros descobridores.” Carta dirigida ao 1º secretário perpétuo do Instituto. pp. 367-376.

Tomo XVII, 1854.

SILVA, Joaquim Noberto de Souza. “Memória histórica e documentada das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro.” pp. 109-300.

Tomo XVIII, 1855.

DIAS, Antônio Gonçalves. “Amazonas”. pp. 5-70.

OLIVEIRA, J. J. Machado de. “Memória sobre o descobrimento do Brasil”. pp. 293-302.

Tomo XIX, 1856.

FILGUEIRAS, Caetano Alves de Souza. “Reflexões sobre as primeiras épocas da história do Brasil em geral e sobre a instituição das capitanias em particular”. pp. 401-424.

Tomo XXV, 1862.

MACEDO, Joaquim Manoel de. “Dúvida sobre alguns pontos da história pátria”. pp. 3-41.

Tomo XXVI, 1863.



MATTOS, Raymundo José da Cunha (Marechal). “Dissertação acerca do sistema de escrever a história antiga e moderna do império do Brasil”. pp. 121-143.

Tomo XXX, 1867.

DIAS, Antônio Gonçalves. “Brasil e Oceania: memória”. pp. 5-192; 257-396.

Tomo XXXI, parte II, 1868.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. “A Academia Brasílica dos Esquecidos: Estudos histórico e literário”. pp. 5-32.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. “A Academia Brasílica dos Renascidos: Estudos histórico e literário”. pp. 53-60.

Tomo XXXII, parte II, 1869.

MELLO, F. ▸ Marcondes Homem de. “Discussão histórica: o que se deve pensar do sistema de colonização adotado pelos portugueses para povoar o Brasil?” pp. 102-112.

PINHEIRO, J. C. Fernandes. “Discussão histórica: o que se deve pensar do sistema de colonização seguido pelos portugueses no Brasil?”. pp. 113-122.

Tomo XXXIV, 1871.

Magalhães, Dr. José Vieira Couto de. “Ensaio de Antropologia: Região e raça selvagens”. pp. 359-516.

Tomo XXXVI, parte II, 1873.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. “Notas sobre a história pátria. Primeiros tempos da descoberta do Brasil – vários assuntos”. pp. 5-24

Tomo XXXIX, parte II, 1876.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. “Notas sobre a história pátria. Primeiros tempos da descoberta do Brasil – vários assuntos”. pp. 5-24

Tomo XL, 1877.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. “Notas sobre a história pátria. Os primeiros povoadores. Quem era o bacharel da Cananéia”. pp. 5-24

Tomo XLV, parte I, 1882.

WALLESTEIN, Júlio de. “Memória sobre o melhor plano de escrever a história antiga e moderna do Brasil”. pp. 159-160.

Tomo XLV, parte II, 1882.

REBELLO, José Silvestre. “Povoação do Brasil relativamente à origem e influência dos primeiros povoadores nos costumes nacionais” pp. 327-340.

Tomo L, parte I, 1887

TÁVORA, Franklin. “O tomo cinquenta da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro”. pp.XXII-XX.

VERÍSSIMO, José. “As populações indígenas e mestiças da Amazônia”. pp. 295-390.